

ALJARDI SGPS, LDA.

**Demonstrações Financeiras Consolidadas
em 31 de dezembro de 2012 acompanhadas
da Certificação Legal das Contas**

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

CONTAS CONSOLIDADAS

(Montantes expressos em Euros)

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas da Aljardi SGPS, Lda. (Sociedade inserida no Grupo Santander), as quais compreendem o Balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2012 que evidencia um total de 1.380.963.317 Euros e capitais próprios de 1.172.968.675 Euros, incluindo um resultado líquido de 46.380.842 Euros, as Demonstrações Consolidadas dos Resultados, do Rendimento Integral, de Alterações nos Capitais próprios e dos Fluxos de caixa do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade da Gerência da Sociedade a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado e o rendimento integral consolidados das suas operações, as alterações nos seus capitais próprios consolidados e os seus fluxos consolidados de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

3. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que este seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pela Gerência da Sociedade, utilizadas na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente, a verificação das operações de consolidação e de terem sido apropriadamente examinadas as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações e a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira consolidada constante do Relatório de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

4. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas referidas no parágrafo 1 acima apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada da Aljardi SGPS, Lda. e suas subsidiárias em 31 de Dezembro de 2012, os resultados e o rendimento integral consolidados das suas operações, as alterações nos seus capitais próprios consolidados e os seus fluxos consolidados de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas na União Europeia.

Relato sobre outros requisitos legais

5. É também nossa opinião que a informação financeira consolidada constante do Relatório de Gestão é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas do exercício de 2012.

Lisboa, 12 de Março de 2013



Deloitte & Associados, SROC S.A.
Representada por Paulo Alexandre de Sá Fernandes

ALJARDI SGPS, LDA

BALANCOS CONSOLIDADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(Montantes expressos em Euros)

ATIVO	Notas	2012		2011		PASSIVO E SITUAÇÃO LÍQUIDA	Notas	2012	2011
		Ativo bruto	Amortizações e imparidade	Ativo líquido	Ativo líquido				
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais		1.528	-	1.528	1.013	Recursos de outras instituições de crédito	9	200.018.923	12.740
Disponibilidades em outras instituições de crédito	2	106.625	-	106.625	134.771	Recursos de clientes e outros empréstimos	10	270.103	2.298.930.106
Ativos financeiros detidos para negociação	3	5.241.777	-	5.241.777	-	Passivos por impostos correntes	25	7.028.600	105.681
Outros ativos financeiros ao justo valor através de resultados	3	-	-	-	170.965.652	Outros passivos subordinados	12	-	628.901.776
Ativos financeiros disponíveis para venda	4	25.255.135	-	25.255.135	18.131.219	Outros passivos	13	677.016	901.080
Aplicações em instituições de crédito	5	75.181.008	-	75.181.008	77.716.921	Total do Passivo		207.994.642	2.928.851.383
Crédito a clientes	6	1.274.710.879	-	1.274.710.879	3.773.653.923	Capital	14	325.024.940	24.940
Outros ativos tangíveis	7	477.552	(332.255)	145.297	159.431	Outros instrumentos de capital	15	833.647.659	1.158.647.659
Ativos intangíveis	7	6.095.597	(6.095.597)	-	6.085.334	Reservas de reavaliação	4	5.376.356	889.717
Outros ativos	8	321.068	-	321.068	4.104.313	Outras reservas e resultados transitados	16	(37.461.122)	4.545.132
						Resultado líquido do exercício	16	46.380.842	(42.006.254)
						Total da Situação Líquida		1.172.968.675	1.122.101.194
						Total do Passivo e da Situação Líquida		1.380.963.317	4.050.952.577

RUBRICAS EXTRAPATRIMONIAIS

4 e 17

Compromissos

17.168.996

23.783.200

O anexo faz parte integrante destes balanços consolidados.

ALJARDI SGPS, LDA.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(Montantes expressos em Euros)

RUBRICA	Notas	2012	2011
Juros e rendimentos similares	18	76.976.732	54.012.185
Juros e encargos similares	18	(20.072.709)	(14.977.279)
Margem financeira		56.904.023	39.034.906
Rendimentos de instrumentos de capital	19	468.203	882.211
Rendimentos de serviços e comissões	20	758.293	2.687.553
Encargos com serviços e comissões	20	(845.002)	(936.933)
Resultados de ativos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados (líquido)	21	8.987.874	(82.423.345)
Resultados de ativos financeiros disponíveis para venda (líquido)	21	-	(920.252)
Resultados de reavaliação cambial (líquido)	21	(233.761)	13.655.320
Resultados de alienação de outros ativos		(188)	-
Outros resultados de exploração	22	(485.333)	(617.746)
Produto da atividade		65.554.109	(28.638.286)
Custos com pessoal	23	(1.696.289)	(1.820.297)
Gastos gerais administrativos	24	(967.396)	(967.296)
Depreciações e amortizações	7	(67.314)	(66.532)
Imparidade de outros ativos financeiros (líquida)	4 e 11	(3.408.299)	(10.396.617)
Imparidade de outros ativos (líquida)	7	(6.085.334)	-
Resultado antes de impostos		53.329.477	(41.889.028)
Impostos correntes	25	(6.948.635)	(117.226)
Resultado líquido do exercício		46.380.842	(42.006.254)

O anexo faz parte integrante destas demonstrações dos resultados consolidados.

ALJARDI SGPS, LDA.

DEMONSTRAÇÕES DO RENDIMENTO INTEGRAL CONSOLIDADO

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(Montantes expressos em Euros)

<u>RUBRICA</u>	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Lucro do exercício	46.380.842	(42.006.254)
Reservas de reavaliação de ativos financeiros disponíveis para venda:		
Reavaliação de ativos financeiros disponíveis para venda	4.486.639	(3.518.936)
Transferência para resultados por alienação	-	920.252
Transferência para resultados por imparidade reconhecida no exercício	-	10.396.617
Resultado não incluído na demonstração de resultados	<u>4.486.639</u>	<u>7.797.933</u>
Rendimento integral	<u>50.867.481</u>	<u>(34.208.321)</u>

O anexo faz parte integrante destas demonstrações do rendimento integral consolidado.

ALJARDI SGPS, LDA.

DEMONSTRAÇÕES DE ALTERAÇÕES NOS CAPITAIS PRÓPRIOS CONSOLIDADOS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(Montantes expressos em Euros)

Notas	Capital	Outros				Outras reservas e resultados transitados				Dividendos antecipados	Resultado do exercício	Total
		instrumentos de capital	Reservas de reavaliação	Outras reservas	Reserva Legal	Resultados transitados	Total					
Saldos em 31 de dezembro de 2010	24.940	1.158.647.659	(6.908.216)	70.419.175	4.164.793	786.016.045	860.600.013	(250.000.000)	(168.054.883)	1.594.309.513		
Aplicação do lucro do exercício de 2010	-	-	-	-	-	(418.054.883)	(418.054.883)	250.000.000	168.054.883	(438.000.000)		
Distribuição de resultados transitados	-	-	-	-	-	(438.000.000)	(438.000.000)	-	-	-		
Outros	-	-	-	2	-	-	2	-	-	2		
Rendimento integral do exercício de 2011	-	-	7.797.933	-	-	-	-	-	(42.006.254)	(34.208.321)		
Saldos em 31 de dezembro de 2011	24.940	1.158.647.659	889.717	70.419.177	4.164.793	(70.038.838)	4.545.132	-	(42.006.254)	1.122.101.194		
Aumento do capital social	325.000.000	(325.000.000)	-	-	-	-	-	-	-	-		
Aplicação do lucro do exercício de 2011	-	-	-	-	235.946	(42.242.200)	(42.006.254)	-	42.006.254	-		
Rendimento integral do exercício de 2012	-	-	4.486.639	-	-	-	-	-	46.380.842	50.867.481		
Saldos em 31 de dezembro de 2012	325.024.940	833.647.659	5.376.356	70.419.177	4.400.739	(112.281.038)	(37.461.122)	-	46.380.842	1.172.968.675		

O anexo faz parte integrante destas demonstrações de alterações nos capitais próprios consolidados.

ALJARDI SGPS, LDA.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADOS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(Montantes expressos em Euros)

	2012	2011
<u>ATIVIDADES OPERACIONAIS</u>		
Recebimentos de clientes	1.356.804	2.423.591
Pagamentos a fornecedores	(955.537)	(970.946)
Pagamentos ao pessoal	(2.028.719)	(1.768.437)
Fluxo gerado pelas operações	<u>(1.627.452)</u>	<u>(315.792)</u>
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	(133.180)	(167.326)
Outros recebimentos/pagamentos relativos à atividade operacional	(396.929)	(539.222)
	<u>(530.109)</u>	<u>(706.548)</u>
Fluxos das atividades operacionais [1]	<u>(2.157.561)</u>	<u>(1.022.340)</u>
<u>ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</u>		
Recebimentos provenientes de:		
Juros e proveitos similares	87.512.406	64.551.226
Ativos financeiros detidos para negociação	-	-
Outros ativos financeiros ao justo valor através de resultados	329.426.076	5.622.903
Ativos financeiros disponíveis para venda	-	2.129.647
Aplicações em instituições de crédito	2.465.412	840.120.596
Crédito a clientes	2.488.532.306	-
Derivados de cobertura	-	1.605.560
Dividendos	2.218.486	882.212
	<u>2.910.154.686</u>	<u>914.912.144</u>
Pagamentos respeitantes a:		
Juros e custos similares	(150.856.749)	(52.666.371)
Ativos financeiros detidos para negociação	(3.191.819)	(906.397)
Ativos financeiros disponíveis para venda	(6.045.576)	-
Crédito a clientes	-	(2.272.592.306)
Outros ativos tangíveis	(53.367)	(4.272)
	<u>(160.147.511)</u>	<u>(2.326.169.346)</u>
Fluxos das atividades de investimento [2]	<u>2.750.007.175</u>	<u>(1.411.257.202)</u>
<u>ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</u>		
Recebimentos provenientes de:		
Recursos de outras instituições de crédito	199.999.182	9.369
Depósitos de clientes	-	1.848.923.371
	<u>199.999.182</u>	<u>1.848.932.740</u>
Pagamentos respeitantes a:		
Distribuição de resultados transitados	-	(438.000.000)
Juros e custos similares	(26.145.514)	(12.336.095)
Recursos de outras instituições de crédito	-	-
Depósitos de clientes	(2.297.999.775)	-
Empréstimos subordinados	(623.497.371)	-
	<u>(2.947.642.660)</u>	<u>(450.336.095)</u>
Fluxos das atividades de financiamento [3]	<u>(2.747.643.478)</u>	<u>1.398.596.645</u>
Variação de caixa e seus equivalentes [4] = [1] + [2] + [3]	206.136	(13.682.897)
Efeito das diferenças de câmbio	(233.763)	13.669.854
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	135.780	148.823
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	<u>108.153</u>	<u>135.780</u>

O anexo faz parte integrante destas demonstrações dos fluxos de caixa consolidados.

ATIVIDADE ECONÓMICA

A Aljardi SGPS, Lda. (adiante designada por "Sociedade") é uma sociedade por quotas constituída em 30 de setembro de 1997 e tem como objeto a gestão de participações sociais de outras sociedades, como forma indireta do exercício de atividades económicas, sendo atualmente o Banco Madesant, Sociedade Unipessoal, S.A. (ver descrição da sua atividade no parágrafo seguinte) a sua única participada. A Sociedade tem a sua sede social na Região Autónoma da Madeira e dispõe de licença para operar na Zona Franca aí criada, requerida no âmbito do Decreto Regulamentar Regional nº 21/87-M de 5 de setembro.

Em janeiro de 1998, o Banco de Portugal autorizou a constituição do Banco Madesant, Sociedade Unipessoal, S.A. (sociedade anónima constituída em 22 de dezembro de 1994 com a denominação social de Madesant – Gestão e Investimentos, Sociedade Unipessoal, S.A.), que tem por objeto social a atividade e todas as operações permitidas por lei aos bancos, nos termos constantes dos estatutos depositados e devidamente autorizados pelo Banco de Portugal. O Banco tem a sua sede social na Região Autónoma da Madeira e dispõe de licença para operar na Zona Franca aí criada, requerida no âmbito do Decreto Regulamentar Regional nº 21/87-M, de 5 de setembro. O Banco financia-se essencialmente junto de outras entidades do Grupo Santander sob a forma de passivos subordinados e depósitos, os quais são aplicados, conjuntamente com os seus recursos próprios, na concessão de empréstimos e em ações cotadas em bolsas internacionais, prestando ainda outros serviços bancários.

Conforme indicado na Nota 14, a Sociedade é detida maioritariamente pela Holbah, Limited (entidade inserida no Grupo Santander).

1. BASES DE APRESENTAÇÃO E RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

1.1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas com base nos registos contabilísticos da Sociedade e da sua participada e foram processadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro ou International Accounting Standards/International Financial Reporting Standards (IAS/IFRS) tal como adotadas pela União Europeia, conforme estabelecido pelo Regulamento (CE) nº1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho, transposto para o ordenamento nacional através do Aviso do Banco de Portugal nº 1/2005, de 21 de fevereiro.

As demonstrações financeiras consolidadas da Sociedade em 31 de dezembro de 2012 foram aprovadas pela Gerência em 1 de março de 2013 e estão pendentes de aprovação pela Assembleia Geral. No entanto, a Gerência da Sociedade entende que estas irão ser aprovadas sem alterações significativas.

Adoção de normas e interpretações novas, emendadas ou revistas

As seguintes alterações, aprovadas ("endorsed") pela União Europeia, foram adotadas pela Sociedade pela primeira vez no exercício findo em 31 de Dezembro de 2012:

- IFRS 7 – Divulgações de instrumentos financeiros (Alteração – Transferência de ativos financeiros) – Esta revisão vem aumentar os requisitos de divulgação relativamente a transações que envolvam a transferência de ativos financeiros. Pretende garantir maior transparência em relação à exposição a riscos quando ativos financeiros são transferidos e a entidade que os transfere mantém algum envolvimento (exposição) nos mesmos. A adoção desta norma não teve impacto nas suas demonstrações financeiras.

Normas e interpretações novas, emendadas ou revistas não adotadas

Existem várias normas e interpretações novas, emendadas, ou revistas, com aplicação obrigatória após 31 de dezembro de 2012, e que foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, aprovadas ("endorsed") pela União Europeia, nomeadamente:

- IFRS 7 e IAS 32 (Alteração) – "Compensação de ativos e passivos financeiros e divulgações relacionadas" – Estas alterações esclarecem questões de adoção existentes em relação às exigências de compensações de ativos e passivos financeiros, bem como exigem que as entidades divulguem as informações acerca dos direitos de compensação e acordos relacionados (como as exigências de garantias) para os instrumentos financeiros sujeitos à compensação ou contratos similares.

- IFRS 12 – “Divulgações sobre participações noutras entidades” – Esta norma vem estabelecer um novo conjunto de divulgações relativas a participações em subsidiárias, acordos conjuntos, associadas e entidades não consolidadas.
- IFRS 13 – “Mensuração do justo valor” – Esta norma vem substituir as orientações existentes nas diversas normas IFRS relativamente à mensuração de justo valor. Esta norma é aplicável quando outra norma IFRS requer ou permite mensurações ou divulgações de justo valor.
- IAS 1 (Alteração – Outro Rendimento Integral) – Esta revisão refere-se às seguintes alterações: (i) os itens que compõem o “Outro Rendimento Integral” e que futuramente serão reconhecidos em resultados do exercício passam a ser apresentados separadamente; (ii) a Demonstração do Resultado Integral passa também a denominar-se Demonstração dos Resultados e de Outro Rendimento Integral.
- IFRS 10 – “Demonstrações Financeiras Consolidadas” – Esta norma vem estabelecer os requisitos relativos à apresentação de demonstrações financeiras consolidadas por parte da empresa-mãe, substituindo, quanto a estes aspetos, a norma IAS 27 – Demonstrações Financeiras Consolidadas e Separadas e a SIC 12 – Consolidação – Entidades com Finalidade Especial. Esta norma introduz ainda novas regras no que diz respeito à definição de controlo e à determinação do perímetro de consolidação.

Estas normas apesar de aprovadas (“endorsed”) pela União Europeia, não foram adotadas pela Sociedade no exercício findo em 31 de dezembro de 2012, em virtude de a sua aplicação não ser ainda obrigatória. Não são estimados impactos significativos nas demonstrações financeiras decorrentes da adoção das mesmas.

1.2. Principais políticas contabilísticas

As políticas contabilísticas mais significativas, utilizadas na preparação das demonstrações financeiras, foram as seguintes:

a) Consolidação de empresas filiais (IAS 27 e IFRS 3)

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as contas individuais da Sociedade e do Banco Madasant, constituindo uma unidade de decisão. A consolidação do Banco Madasant efetuou-se pelo método de integração global.

As diferenças de consolidação negativas - goodwill - correspondentes à diferença entre o custo de aquisição (incluindo despesas) e o justo valor líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis das empresas filiais na data da primeira consolidação, são registadas como ativo e sujeitas a testes de imparidade.

No momento da venda de uma empresa filial, o saldo líquido do goodwill é incluído na determinação da mais ou menos-valia gerada na venda.

Conforme previsto no IFRS 1, à data da transição para os IAS/IFRS (1 de janeiro de 2004), o valor líquido do goodwill gerado na aquisição do Banco Madasant (6.085.334 Euros) foi registado no balanço no âmbito da rubrica “Ativos intangíveis”.

b) Ativos e passivos financeiros (IAS 32 e IAS 39)

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço na data de negociação ou contratação, salvo se decorrer de expressa estipulação contratual ou de regime legal ou regulamentar aplicável que os direitos e obrigações inerentes aos valores transacionados se transferem em data diferente, casos em que será esta última a data relevante.

No momento inicial, os ativos e passivos financeiros são reconhecidos pelo justo valor acrescido de custos de transação diretamente atribuíveis.

Entende-se por justo valor o montante pelo qual um determinado ativo ou passivo pode ser transferido ou liquidado entre contrapartes de igual forma conhecedoras e interessadas em efetuar essa transação. Na data de contratação ou de início de uma operação o justo valor é geralmente o valor da transação.

O justo valor é determinado com base em:

- preços num mercado ativo; ou
- métodos e técnicas de avaliação (quando não há um mercado ativo), que tenham subjacente (i) cálculos matemáticos baseados em teorias financeiras reconhecidas; ou (ii) preços calculados com base em ativos ou passivos semelhantes transacionados em mercados ativos ou com base em estimativas estatísticas ou outros métodos quantitativos.

Um mercado é considerado ativo, e portanto líquido, se transaciona de uma forma regular. Em geral, existem preços de mercado para títulos e derivados (futuros e opções) negociados em bolsas de valores.

i) Ativos financeiros detidos para negociação e ao justo valor através de resultados

Esta rubrica inclui títulos de rendimento fixo e de rendimento variável transacionados em bolsas internacionais, e adquiridos pelo Banco Madesant para venda num prazo próximo com o objetivo de obtenção de mais-valias ou em que o Banco Madesant tenha optado, na data de aquisição, por registar e avaliar ao justo valor através de resultados.

A avaliação destes títulos é efetuada diariamente com base no justo valor (cotação de mercado).

Os ganhos e perdas resultantes da alteração no justo valor são reconhecidos em resultados.

ii) Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda incluem instrumentos de capital, que não sejam classificados como ativos financeiros detidos para negociação ou ao justo valor através de resultados.

Os ativos financeiros disponíveis para venda são registados ao justo valor. Os ganhos e perdas relativos à variação subsequente do justo valor são refletidos em rubrica específica do capital próprio "reserva de justo valor" até à sua venda (ou até ao reconhecimento de perdas por imparidade), momento em que são transferidos para resultados. Os ganhos ou perdas cambiais de ativos monetários são reconhecidas diretamente em resultados do período.

Imparidade de Ativos financeiros disponíveis para venda

Sempre que exista evidência objetiva de imparidade, as menos-valias acumuladas que tenham sido reconhecidas em reservas são transferidas para custos do exercício sob a forma de perdas por imparidade, sendo registadas na rubrica "Imparidade de outros ativos financeiros líquida de reversões e recuperações".

De acordo com a Norma IAS 39 estão previstos os seguintes indícios específicos para imparidade:

- Incumprimento das cláusulas contratuais, como atrasos nos pagamentos de juros ou capital;
- Registo de situações de incumprimento no sistema financeiro;
- Existência de operações em vigor resultantes de reestruturações de créditos ou de negociações em curso para reestruturações de crédito;
- Dificuldades ao nível da capacidade dos sócios e da gestão, nomeadamente no que se refere à saída de sócios de referência ou dos principais quadros e divergências entre os sócios;
- Dificuldades financeiras significativas do devedor ou do emissor da dívida;
- Existência de uma elevada probabilidade de declaração de falência do devedor ou do emissor da dívida;

- Diminuição da posição competitiva do devedor;
- Comportamento histórico das cobranças que permita deduzir que o valor nominal não será recuperado na totalidade.
- Informação sobre alterações significativas com impacto adverso na envolvente tecnológica, de mercado, económica ou legal em que o emissor opera que indique que o custo do investimento não venha a ser recuperado na totalidade;
- Um declínio prolongado ou significativo do valor de mercado abaixo do preço de custo.

A política definida pela Sociedade para avaliar a existência de situações de declínio significativo ou prolongado do valor de mercado de instrumentos de capital na carteira de ativos financeiros disponíveis para venda abaixo do respetivo preço de custo, e consequente reconhecimento de perdas por imparidade, é a seguinte:

- permanência por um período mínimo de 24 meses de uma menos-valia potencial em relação ao custo de aquisição; e
- existência de uma menos-valia potencial de valor percentual igual ou superior a 50% do custo de aquisição.

Em cada data de referência das demonstrações financeiras é efetuada pela Sociedade uma análise fundamentada da existência de perdas por imparidade em ativos financeiros disponíveis para venda, nomeadamente quanto à aplicação destes critérios.

As perdas por imparidade em instrumentos de capital não podem ser revertidas, pelo que eventuais mais-valias potenciais originadas após o reconhecimento de perdas por imparidade são refletidas na "Reserva de justo valor". Caso posteriormente sejam determinadas menos-valias adicionais, considera-se sempre que existe imparidade, pelo que são refletidas em resultados do exercício.

iii) Aplicações em instituições de crédito

Após o reconhecimento inicial, as aplicações em instituições de crédito são valorizadas ao custo amortizado, com base no método da taxa de juro efetiva.

As aplicações em instituições de crédito designadas como instrumentos cobertos são valorizadas conforme descrito na alínea 1.2.b) vii) Contabilidade de cobertura – derivados e instrumentos cobertos.

iv) Crédito e outros valores a receber

O crédito e outros valores a receber inclui os créditos concedidos pelo Banco Madesant a Clientes. No momento inicial, os créditos e valores a receber são registados ao justo valor.

Os juros e outros custos e proveitos associados a operações de crédito são registados à medida que são gerados, independentemente do momento em que são pagos ou cobrados.

Os créditos designados como instrumentos cobertos são valorizados conforme descrito na alínea 1.2.b) vii) Contabilidade de cobertura – derivados e instrumentos cobertos.

Imparidade

Os créditos e valores a receber são sujeitos a avaliação de imparidade. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados do exercício. No caso de, em períodos futuros, se verificar uma redução da perda estimada, a imparidade inicialmente registada é igualmente revertida por contrapartida de resultados. A avaliação da imparidade é efetuada em base individual.

De acordo com o IAS 39, um ativo financeiro encontra-se em situação de imparidade quando existe evidência que tenha ocorrido um ou mais eventos de perda (loss event) após o reconhecimento inicial do ativo, e esses eventos tenham impacto na estimativa do valor recuperável dos fluxos de caixa futuros do ativo financeiro considerado.

O IAS 39 define alguns eventos que podem ser indicadores de evidência objetiva de imparidade (incumprimento de contrato, tais como atraso no pagamento de capital ou juros; probabilidade do mutuário entrar em falência; etc.), mas, em algumas circunstâncias, a determinação do valor das perdas por imparidade implica a utilização do julgamento profissional.

A existência de evidência objetiva de situações de imparidade é avaliada com referência à data de apresentação das demonstrações financeiras.

v) Depósitos e outros recursos

Após o reconhecimento inicial, os depósitos e recursos financeiros de Clientes e Instituições de Crédito são valorizados ao custo amortizado, com base no método da taxa de juro efetiva.

vi) Passivos subordinados

Na data de emissão os passivos subordinados são relevados pelo justo valor (valor de emissão), incluindo despesas e comissões de transação, sendo posteriormente valorizados ao custo amortizado, com base no método da taxa de juro efetiva.

Os passivos subordinados emitidos pela Sociedade não são cotados em Bolsa.

vii) Contabilidade de cobertura – derivados e instrumentos cobertos

O Banco Madasant realiza operações de derivados no âmbito da sua atividade, para cobertura de posições.

Todos os instrumentos derivados são registados ao justo valor e as variações de justo valor reconhecidas em resultados.

As transações de derivados financeiros mantidos pelo Banco Madasant, sob a forma de contratos sobre taxas de câmbio e sobre taxas de juro, são efetuadas em mercados de balcão (OTC – Over-The-Counter). A maioria dos derivados fora de bolsa mantidos pelo Banco são transacionados em mercados ativos, sendo a respetiva avaliação calculada com base em métodos geralmente aceites, nomeadamente a atualização de fluxos de caixa.

Os derivados são também registados em contas extrapatrimoniais na data da sua contratação, pelo valor teórico contratado (valor notional) e na respetiva divisa.

Contabilidade de cobertura

O Banco Madasant realiza operações de derivados de cobertura de riscos de taxa de juro e taxa de câmbio (operações de cobertura de justo valor), para cobertura de ativos financeiros individualmente identificados (aplicações em instituições de crédito e créditos e outros valores a receber).

O Banco Madasant dispõe de documentação formal da relação de cobertura identificando, quando da transação inicial, o instrumento (ou parte do instrumento, ou parte do risco) que está a ser coberto, a estratégia e tipo de risco coberto, o derivado de cobertura e os métodos utilizados para demonstrar a eficácia da cobertura.

Periodicamente o Banco Madasant testa a eficácia das coberturas, comparando a variação do justo valor do instrumento coberto com a variação do justo valor do derivado de cobertura, devendo a relação entre ambos situar-se num intervalo entre 80% e 125%.

Os ganhos e perdas resultantes da reavaliação de derivados de cobertura são registados em resultados. Os ganhos e perdas na variação do justo valor de ativos ou passivos financeiros cobertos, correspondentes ao risco coberto, são também reconhecidos em resultados, por contrapartida do valor de balanço dos ativos ou passivos cobertos, no caso de operações ao custo amortizado (aplicações em instituições de crédito e crédito e outros valores a receber).

Um ativo ou passivo coberto pode ter apenas uma parte ou uma componente do justo valor coberto (risco de taxa de juro, risco de câmbio ou risco de crédito), desde que a eficácia da cobertura possa ser avaliada, separadamente.

viii) Ativos e passivos financeiros em moeda estrangeira

Os ativos e passivos financeiros em moeda estrangeira são registados segundo o sistema "multi-currency", sendo cada operação registada em função das respetivas moedas de denominação. Este sistema prevê que todos os ativos e passivos expressos em moeda estrangeira sejam convertidos para Euros com base no câmbio oficial de divisas da data do balanço, divulgado a título indicativo pelo Banco de Portugal.

Na data da sua contratação, as compras e vendas de moeda estrangeira à vista e a prazo são registadas na posição cambial e, sempre que estas operações conduzam a variações nos saldos líquidos das diferentes moedas, há lugar à movimentação das contas de posição cambial, à vista ou a prazo:

Posição à vista

A posição à vista numa moeda é dada pelo saldo líquido dos ativos e passivos expressos nessa moeda, das operações à vista a aguardar liquidação e das operações a prazo que se vençam nos dois dias úteis subsequentes. A posição cambial à vista é reavaliada diariamente com base no câmbio de "fixing" do dia, sendo as diferenças cambiais apuradas registadas como custos ou proveitos na demonstração dos resultados.

Posição a prazo

A posição a prazo é dada pelo saldo líquido das operações a prazo a aguardar liquidação, com exclusão das que se vençam nos dois dias úteis subsequentes. Todos os contratos relativos a estas operações são reavaliados às taxas de câmbio a prazo do mercado ou, na ausência destas, através do seu cálculo com base nas taxas de juro aplicáveis ao prazo residual de cada operação. As diferenças entre os contravalores em Euros às taxas de reavaliação a prazo aplicadas e os contravalores às taxas contratadas são registadas numa rubrica de reavaliação da posição cambial a prazo por contrapartida de custos ou proveitos.

c) Ativos tangíveis (IAS 16)

Os ativos tangíveis utilizados pela Sociedade para o desenvolvimento da sua atividade são contabilisticamente relevados pelo custo de aquisição (incluindo custos diretamente atribuíveis) deduzido de amortizações acumuladas e perdas por imparidades.

A depreciação dos ativos tangíveis é calculada com base no método das quotas constantes, por duodécimos, ao longo do período de vida útil estimado do bem, correspondente ao período em que se espera que o ativo esteja disponível para uso:

	<u>Anos</u>
Obras em edifícios arrendados	10
Mobiliário e material	8
Equipamento informático	3 - 4
Material de transporte	4
Outro equipamento	4 - 8

d) Ativos intangíveis (IAS 38)

Os ativos intangíveis compreendem as despesas relacionadas com a aquisição de software. Estas despesas são registadas ao custo de aquisição e amortizadas pelo método das quotas constantes, por duodécimos, durante um período de três anos.

e) Pensões de reforma e de sobrevivência (IAS 19)

Dado o Banco Madasant não ter subscrito o Acordo Coletivo de Trabalho em vigor para o setor bancário, é abrangido pelo Regime Geral da Segurança Social, não tendo quaisquer responsabilidades com pensões ou complementos de reforma para com os seus empregados.

f) Impostos sobre os lucros (IAS 12)

A Sociedade está sujeita ao regime fiscal consignado no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas e no Estatuto dos Benefícios Fiscais.

Dado a Sociedade estar sediada na Zona Franca da Madeira, ao abrigo do Artigo 33º do Estatuto dos Benefícios Fiscais, os seus rendimentos, desde que provenientes de participações em entidades sediadas fora da União Europeia ou instaladas em Zonas Francas portuguesas, estiveram isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas até 31 de dezembro de 2011, inclusive. Com a caducidade nessa data do regime de isenção, estes rendimentos, a partir de 1 de Janeiro de 2012, passaram a estar abrangidos pelo regime de taxa reduzida constante do Artigo 36º do Estatuto dos Benefícios Fiscais (em 2012, taxa de 4%, de 2013 a 2020, taxa de 5%).

À Sociedade é também aplicável o regime de tributação estabelecido para as Sociedades Gestoras de Participações Sociais no Artigo 32º do Estatuto dos Benefícios Fiscais, nomeadamente no que se refere à exclusão de tributação das mais-valias e menos-valias de participações sociais detidas por período superior a um ano.

No caso das mais-valias obtidas com a alienação de participações sociais que tenham sido adquiridas a entidades com as quais existam relações especiais ou residentes em territórios com regime fiscal mais favorável, as mesmas apenas estão excluídas de tributação caso tenham sido detidas por um período superior a três anos.

O Banco Madasant está também sujeito ao regime fiscal consignado no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas e no Estatuto dos Benefícios Fiscais.

Dado o Banco Madesant estar sediado na Zona Franca da Madeira, ao abrigo do Artigo 33º do Estatuto dos Benefícios Fiscais, as suas operações, desde que efetuadas apenas com entidades não residentes em Portugal ou com entidades instaladas nas zonas francas portuguesas e o Banco Madesant se absteresse de efetuar operações relativas a instrumentos financeiros derivados (exceto quando essas operações tivessem como objetivo a cobertura de operações ativas e passivas afetas à estrutura instalada nas zonas francas), estiveram isentas de imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas até 31 de dezembro de 2011.

Com a caducidade nessa data do regime de isenção, a partir de 1 de janeiro de 2012, as operações do Banco Madesant passaram a estar sujeitas à tributação pelo Regime Geral previsto no Código do Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Coletivas: tributação à taxa de 25% acrescida de Derrama Estadual. Para os exercícios de 2012 e 2013, a Derrama Estadual é de 3% para o lucro tributável de 1.500.000 Euros a 10.000.000 Euros e de 5% para a parte que exceda 10.000.000 Euros.

Os impostos correntes são calculados com base nas taxas de imposto legalmente em vigor para o período a que se reportam os resultados.

Os impostos diferidos ativos e passivos correspondem ao valor do imposto a recuperar e a pagar em períodos futuros resultante de diferenças temporárias entre o valor de um ativo ou passivo no balanço e a sua base de tributação. Os prejuízos fiscais reportáveis e os créditos fiscais podem também dar origem ao registo de impostos diferidos ativos.

Os impostos diferidos ativos são reconhecidos até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que acomodem as diferenças temporárias dedutíveis.

Os impostos diferidos ativos e passivos são calculados com base nas taxas fiscais decretadas para o período em que se prevê que seja realizado o respetivo ativo ou passivo.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011
(Montantes expressos em Euros, exceto quando expressamente indicado)2. DISPONIBILIDADES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
No país:		
- Outras entidades – Em Euros	106.625 =====	134.771 =====

3. ATIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO E AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, as rubricas de “Ativos financeiros detidos para negociação” e de “Outros ativos financeiros ao justo valor através de resultados” (na sua totalidade constituídas por títulos de rendimento variável emitidos por não residentes e cotados em bolsas internacionais) têm a seguinte composição:

<u>2012</u>						
<u>Natureza e espécie dos títulos</u>	<u>Divisa</u>	<u>Quantidade</u>	<u>Valor nominal</u>	<u>Valor médio de aquisição</u>	<u>Valor de cotação</u>	<u>Valor de balanço</u>
<i>Ativos financeiros detidos para negociação:</i>						
<i>Instrumentos de capital (ações)</i>						
Banco Santander Brasil (ADR)	USD	950.000	1,00	6,602	7,28	5.241.777 =====
<u>2011</u>						
<u>Natureza e espécie dos títulos</u>	<u>Divisa</u>	<u>Quantidade</u>	<u>Valor nominal</u>	<u>Valor médio de aquisição</u>	<u>Valor de cotação</u>	<u>Valor de balanço</u>
<i>Outros ativos financeiros ao justo valor através de resultados:</i>						
<i>Instrumentos de capital (ações)</i>						
Assicurazioni Generali SPA	EUR	14.700.400	1,00	22,409	11,63	170.965.652 =====

Em 31 de dezembro de 2012, a carteira de ativos financeiros detidos para negociação e ao justo valor através de resultados apresentava menos valias potenciais acumuladas, reconhecidas por contrapartida da demonstração dos resultados, no montante de 488.377 Euros (menos valias potenciais acumuladas de 158.460.424 Euros em 31 de dezembro de 2011).

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011
(Montantes expressos em Euros, exceto quando expressamente indicado)4. ATIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, esta rubrica tem a seguinte composição:

2012								
Natureza e espécie dos títulos	Divisa	Quantidade	Valor nominal	Valor médio de aquisição	Valor de cotação	Valor de balanço	Mais/(menos) valia potencial	Imparidade (Nota 11)
<i>Instrumentos de capital (ações)</i>								
Endesa	EUR	977.991	1,2	25,7456	16,8700	16.498.708	5.124.673	(13.804.916)
Fundo Charme II	EUR	560	50.000	15.187,0419	15.636,4760	8.756.427	251.683	-
						<u>25.255.135</u>	<u>5.376.356</u>	<u>(13.804.916)</u>
2011								
Natureza e espécie dos títulos	Divisa	Quantidade	Valor nominal	Valor médio de aquisição	Valor de cotação	Valor de balanço	Mais/(menos) valia potencial	Imparidade (Nota 11)
<i>Instrumentos de capital (ações)</i>								
Endesa	EUR	977.991	1,2	25,7456	15,8500	15.501.158	718.824	(10.396.617)
Fundo Charme II	EUR	560	50.000	4.391,3713	4.696,5380	2.630.061	170.893	-
						<u>18.131.219</u>	<u>889.717</u>	<u>(10.396.617)</u>

Nestas datas, o Banco Madasant detém uma participação de 8,6% no Fundo Charme II ("Fundo"), um fundo de capital de risco italiano, gerido pela sociedade Montezemolo & Partners SGR S.p.A.. A participação do Banco Madasant foi subscrita em dezembro de 2008, pelo valor nominal de 25.000.000 Euros. No exercício de 2011 foram adquiridas a outro investidor do Fundo 60 ações com o valor nominal de 3.000.000 Euros por 391.800 Euros. O valor de aquisição foi igual ao montante acumulado dos desembolsos efetuados pelo vendedor até à data da alienação, em relação ao compromisso total associado àquelas ações.

Desde a subscrição inicial da participação foram desembolsados 10.831.004 Euros (4.216.800 Euros em 31 de dezembro de 2011), destinados a suportar os custos incorridos pelo Fundo nos investimentos em capital de risco, comissão de gestão e outros. O valor remanescente, 17.168.996 Euros (23.783.200 Euros em 31 de dezembro de 2011), encontra-se registado na rubrica "Compromissos perante terceiros – irrevogáveis – Subscrição de títulos" (Nota 17).

O Banco Madasant regista em Ativos financeiros disponíveis para venda os desembolsos destinados a investimentos do Fundo em participações de capital de risco. Os montantes destinados a outras despesas e comissão de gestão são registados em resultados do exercício. Dos montantes já desembolsados, foram destinados a investimentos pelo Fundo 8.504.743 Euros (2.459.168 Euros em 31 de dezembro de 2011), correspondentes ao valor de aquisição das unidades de participação em carteira. O remanescente, 2.326.261 Euros, foi registado em custos desde o exercício de 2008 (568.629 Euros e 688.318 Euros nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, respetivamente – Nota 20).

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011
(Montantes expressos em Euros, exceto quando expressamente indicado)5. APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
No país:		
- Banco de Portugal – em Euros	29.022.510	7.954.959
No estrangeiro:		
- Entidades inseridas no Grupo Santander		
. Em Euros	45.853.531	69.386.494
	-----	-----
	74.876.041	77.341.453
Juros a receber	304.967	375.468
	-----	-----
	75.181.008	77.716.921
	=====	=====

A rubrica "Banco de Portugal" inclui o depósito constituído para satisfazer as exigências do Sistema de Reservas Mínimas do Sistema Europeu de Bancos Centrais (SEBC). Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, este depósito é remunerado e corresponde a 1% e a 2%, respetivamente, dos depósitos e títulos de dívida com prazo até 2 anos, excluindo destes os depósitos e os títulos de dívida de instituições sujeitas ao regime de reservas mínimas do SEBC.

6. CRÉDITO A CLIENTES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
No estrangeiro:		
- Entidades inseridas no Grupo Santander		
. Em Euros	1.259.000.000	3.747.532.306
	-----	-----
	1.259.000.000	3.747.532.306
Juros a receber	15.710.879	26.121.617
	-----	-----
	1.274.710.879	3.773.653.923
	=====	=====

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011
(Montantes expressos em Euros, exceto quando expressamente indicado)7. OUTROS ATIVOS TANGÍVEIS E ATIVOS INTANGÍVEIS

O movimento ocorrido nos outros ativos tangíveis e nos ativos intangíveis durante os exercícios de 2012 e 2011 foi o seguinte:

	2012											
	Saldos em 31/12/2011				Abates				Saldos em 31/12/2012			
	Valor bruto	Imparidade acumulada	Amortizações acumuladas	Adições	Valor bruto	Amorti- zações	Amortizações do exercício	Imparidade	Valor bruto	Amortizações acumuladas	Imparidade acumulada	Valor líquido
Outros ativos tangíveis												
Obras em edifícios arrendados	86.009	-	68.357	-	-	-	4.077	-	86.009	72.434	-	13.575
Equipamento:												
Mobiliário e material	39.452	-	34.079	-	-	-	2.820	-	39.452	36.899	-	2.553
Máquinas e ferramentas	10.989	-	10.988	366	-	-	31	-	11.355	11.019	-	336
Equipamento informático	71.712	-	68.245	236	-	-	1.889	-	71.948	70.134	-	1.814
Equipamento de transmissão	11.321	-	7.670	-	-	-	694	-	11.321	8.364	-	2.957
Equipamento de ambiente	5.631	-	5.171	-	-	-	347	-	5.631	5.518	-	113
Material de transporte	223.407	-	96.022	57.266	45.000	40.312	57.130	-	235.673	112.840	-	122.833
Equipamento de segurança	11.733	-	10.291	-	-	-	326	-	11.733	10.617	-	1.116
Outro equipamento	95	-	95	-	-	-	-	-	95	95	-	-
Património artístico	4.335	-	4.335	-	-	-	-	-	4.335	4.335	-	-
	464.684	-	305.253	57.868	45.000	40.312	67.314	-	477.552	332.255	-	145.297
Ativos intangíveis												
Sistema de tratamento de dados	10.263	-	10.263	-	-	-	-	-	10.263	10.263	-	-
Goodwill (Nota 1.2 a))	6.085.334	-	-	-	-	-	-	6.085.334	6.085.334	-	6.085.334	
	6.095.597	-	10.263	-	-	-	-	6.085.334	6.095.597	10.263	6.085.334	
	6.560.281	-	315.516	57.868	45.000	40.312	67.314	6.085.334	6.573.149	342.518	6.085.334	145.297

	2011											
	Saldos em 31/12/2010				Abates				Saldos em 31/12/2011			
	Valor bruto	Imparidade acumulada	Amortizações acumuladas	Adições	Valor bruto	Amorti- zações	Amortizações do exercício	Imparidade	Valor bruto	Amortizações acumuladas	Imparidade acumulada	Valor líquido
Outros ativos tangíveis												
Obras em edifícios arrendados	86.009	-	64.280	-	-	-	4.077	-	86.009	68.357	-	17.652
Equipamento:												
Mobiliário e material	39.452	-	31.210	-	-	-	2.869	-	39.452	34.079	-	5.373
Máquinas e ferramentas	10.989	-	10.701	-	-	-	287	-	10.989	10.988	-	1
Equipamento informático	67.440	-	66.181	4.272	-	-	2.064	-	71.712	68.245	-	3.467
Equipamento de transmissão	11.321	-	6.975	-	-	-	695	-	11.321	7.670	-	3.651
Equipamento de ambiente	5.631	-	4.809	-	-	-	362	-	5.631	5.171	-	460
Material de transporte	223.407	-	40.170	-	-	-	55.852	-	223.407	96.022	-	127.385
Equipamento de segurança	11.733	-	9.965	-	-	-	326	-	11.733	10.291	-	1.442
Outro equipamento	95	-	95	-	-	-	-	-	95	95	-	-
Património artístico	4.335	-	4.335	-	-	-	-	-	4.335	4.335	-	-
	460.412	-	238.721	4.272	-	-	66.532	-	464.684	305.253	-	159.431
Ativos intangíveis												
Sistema de tratamento de dados	10.263	-	10.263	-	-	-	-	-	10.263	10.263	-	-
Goodwill (Nota 1.2 a))	6.085.334	-	-	-	-	-	-	-	6.085.334	-	-	6.085.334
	6.095.597	-	10.263	-	-	-	-	6.095.597	6.095.597	10.263	-	6.085.334
	6.556.009	-	248.984	4.272	-	-	66.532	-	6.560.281	315.516	-	6.244.765

Durante o exercício de 2012, a Sociedade verificou existirem indícios de imparidade no goodwill da participação no Banco Madesant, associados à redução significativa do volume de negócios desta filial. A Sociedade concluiu que o valor recuperável do goodwill em 31 de dezembro de 2012 era nulo. A correspondente perda por imparidade foi registada na demonstração dos resultados na rubrica "Imparidade de outros ativos (líquida)". Para efeitos de determinação da perda por imparidade, a Sociedade considerou como valor recuperável a diferença entre o valor de balanço dos ativos e passivos do Banco Madesant e o respetivo justo valor deduzido de custos de venda. Por não estarem disponíveis preços em mercado ativo, e tendo em consideração as características da estrutura e da atividade desenvolvida pelo Banco Madesant, foram utilizadas metodologias de valorização internas para determinação do justo valor dos seus ativos e passivos, tendo por base as condições de mercado que seriam aplicáveis a operações similares contratadas em 31 de dezembro de 2012. Relativamente às operações interbancárias foram utilizadas taxas de juro de mercado e de swaps.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011
(Montantes expressos em Euros, exceto quando expressamente indicado)8. OUTROS ATIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Rendimentos a receber por serviços bancários prestados (Nota 20)	133.411	711.923
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas a recuperar – pagamento especial por conta	80.205	4.500
Outras operações ativas a regularizar		
· Dividendos a receber	67.983	1.331.343
· Pendentes de liquidação (Nota 34)	-	2.048.543
Retenções na fonte	31.758	-
Despesas com custo diferido	7.678	7.971
Devedores diversos	33	33
	-----	-----
	321.068	4.104.313
	=====	=====

9. RECURSOS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
No estrangeiro:		
- Entidades inseridas no Grupo Santander		
· Empréstimos		
· Em Euros	200.000.000	-
· Descobertos em depósitos à ordem		
· Em Euros	6.168	1.164
· Em Dólares Norte-Americanos	5.561	11.383
Juros a pagar	7.194	193
	-----	-----
	200.018.923	12.740
	=====	=====

10. RECURSOS DE CLIENTES E OUTROS EMPRÉSTIMOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
No país:		
- Entidades inseridas no Grupo Santander		
· Depósitos em Euros	270.101	2.298.269.877
Juros a pagar	2	660.229
	-----	-----
	270.103	2.298.930.106
	=====	=====

11. PROVISÕES E IMPARIDADES

O movimento ocorrido nas provisões e imparidades durante os exercícios de 2012 e 2011 foi o seguinte:

	2012				Saldos finais
	Saldos iniciais	Reforços	Reposições e anulações	Utilizações	
Imparidades em ativos financeiros disponíveis para venda (Nota 4)	10.396.617	3.408.299	-	-	13.804.916
	-----	-----	-----	-----	-----
	10.396.617	3.408.299	-	-	13.804.916
	=====	=====	=====	=====	=====

	2011				Saldos finais
	Saldos iniciais	Reforços	Reposições e anulações	Utilizações	
Imparidades em ativos financeiros disponíveis para venda (Nota 4)	-	10.396.617	-	-	10.396.617
	-----	-----	-----	-----	-----
	-	10.396.617	-	-	10.396.617
	=====	=====	=====	=====	=====

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011
(Montantes expressos em Euros, exceto quando expressamente indicado)12. OUTROS PASSIVOS SUBORDINADOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Empréstimo subordinado	-	623.497.371
Juros a pagar	-	5.404.405
	-----	-----
	-	628.901.776
	===	=====

Em 22 de julho de 1998, foi realizado um contrato de empréstimo subordinado entre a FFB – Participações e Serviços, Sociedade Unipessoal, S.A. (entidade sediada na Região Autónoma da Madeira e inserida no Grupo Santander) e o Banco Madesant por forma a que a dívida subordinada fosse considerada como fundos próprios. O montante do empréstimo ascendia a 623.497.371 Euros, os juros eram pagos semestral e antecipadamente em janeiro e julho de cada ano, sendo a taxa de juro variável indexada à Libor a seis meses acrescida de 0,125 pontos, divulgada pela Reuters nos dois dias úteis anteriores ao início de cada período de contagem de juros. Este empréstimo apenas poderia ser reembolsado após autorização prévia do Banco de Portugal.

Em 22 de novembro de 2012, após obtida aprovação por parte do Banco de Portugal, o empréstimo subordinado foi reembolsado antecipadamente, pelo montante do respetivo capital, acrescido dos juros decorridos até essa data.

13. OUTROS PASSIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Custos a pagar com pessoal	307.068	639.498
Retenção de impostos na fonte	100.257	16.832
Contribuições para a segurança social	35.950	11.921
IVA a pagar	23.071	33.726
Outros custos a pagar	210.670	199.103
	-----	-----
	677.016	901.080
	=====	=====

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011 a rubrica "Outros custos a pagar" diz essencialmente respeito a custos a pagar com serviços de auditoria, consultoria e advogados.

14. CAPITAL SUBSCRITO

Em 31 de dezembro de 2011, o capital da Sociedade estava representado por uma quota de 24.840 Euros, pertencente ao sócio Holbah, Limited, e outra de 100 Euros, pertencente ao sócio Santander Bank & Trust, Ltd. (entidades inseridas no Grupo Santander), encontrando-se totalmente subscrito e realizado.

Na sequência da deliberação da Assembleia Geral da Sociedade em 20 de dezembro de 2012, a Sociedade procedeu ao aumento de capital social de 24.940 Euros para 325.024.940 Euros. O aumento de capital social de 325.000.000 Euros foi realizado mediante a conversão em capital de parte das prestações suplementares efetuadas pelos sócios (Nota 15).

Em resultado desta operação, em 31 de dezembro de 2012 o capital da Sociedade passou a estar representado por uma quota de 323.721.720 Euros, pertencente à sócia Holbah, Limited, e outra de 1.303.220 Euros, pertencente à sócia Santander Bank & Trust, Ltd.

15. OUTROS INSTRUMENTOS DE CAPITAL

Em conformidade com os Estatutos da Sociedade, na reunião da Assembleia Geral celebrada em 17 de julho de 1998 foi aprovado chamar os sócios a entrar para a Sociedade, a título de prestações suplementares, com uma contribuição de 232.288.000 milhares de Escudos Portugueses (1.158.647.659 Euros).

Na sequência da deliberação da Assembleia Geral da Sociedade em 20 de dezembro de 2012, a Sociedade procedeu ao aumento do capital social mediante a conversão em capital de parte das prestações suplementares (Nota 14).

Em resultado desta operação, as prestações suplementares efetuadas pela sócia Holbah, Limited foram reduzidas de 1.154.013.069 Euros para 830.316.189 Euros, e as efetuadas pela sócia Santander Bank & Trust, Ltd. foram reduzidas de 4.634.590 Euros para 3.331.470 Euros.

Após esta operação, em 31 de dezembro de 2012, as prestações suplementares ascendem a 833.647.659 Euros.

As prestações suplementares não vencem juros e a sua restituição poderá ocorrer em qualquer altura a partir do quinto ano seguinte à data da sua prestação, desde que previamente decidido pelos sócios e verificados os condicionalismos legais.

16. OUTRAS RESERVAS, RESULTADOS TRANSITADOS E RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Reserva legal	4.400.739	4.164.793
Outras reservas	70.419.177	70.419.177
Resultados transitados	(112.281.038)	(70.038.838)
	-----	-----
	(37.461.122)	4.545.132
	=====	=====

Em conformidade com o disposto no Artigo 97º do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, aprovado pelo Decreto-Lei nº 298/92, de 31 de dezembro e alterado pelo Decreto-Lei nº 201/2002, de 25 de setembro, a Sociedade e o Banco Madesant, a nível das suas contas individuais, deverão destinar uma fração não inferior a 10% dos lucros líquidos apurados em cada exercício à formação de uma reserva legal, até um limite igual ao valor do capital ou ao somatório das reservas livres constituídas e dos resultados transitados, se superior. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da Sociedade ou do Banco Madesant, podendo ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas todas as outras reservas, ou para incorporação no capital. Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, o montante das reservas indisponíveis do Banco Madesant ascende a 73.886.449 Euros.

Em reunião do Conselho de Gerência realizada em 29 de outubro de 2010, foi deliberada a distribuição de dividendos antecipados sobre o resultado do exercício de 2010 no montante de 250.000.000 Euros.

Em reunião da Assembleia Geral realizada em 27 de abril de 2011, foi deliberada a distribuição de resultados transitados no montante de 438.000.000 Euros.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011
(Montantes expressos em Euros, exceto quando expressamente indicado)

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, a determinação do resultado líquido consolidado pode ser resumida como segue:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Lucro líquido individual da Sociedade	(118.879.876)	2.359.463
Lucro líquido do Banco Madasant	77.132.889	(67.091.640)
	-----	-----
	(41.746.987)	(64.732.177)
Transformação de provisões para crédito em imparidade	(24.885.323)	22.725.923
Anulação da imparidade registada nas contas individuais da Sociedade para a participação no Banco Madasant	119.098.486	-
Imparidade registada nas contas consolidadas da Sociedade para o goodwill da participação no Banco Madasant	(6.085.334)	-
	-----	-----
	<u>46.380.842</u>	<u>(42.006.254)</u>
	=====	=====

17. RUBRICAS EXTRAPATRIMONIAIS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Compromissos perante terceiros - irrevogáveis:		
- Subscrição de títulos (Nota 4)	17.168.996	23.783.200
	-----	-----
	17.168.996	23.783.200
	=====	=====
Compromissos assumidos por terceiros - irrevogáveis:		
- Linhas de crédito – Entidade inserida no Grupo Santander		
. Derivados de cobertura	25.000.000	82.000.000
. Depósitos	25.000.000	25.000.000
	-----	-----
	50.000.000	107.000.000
	=====	=====

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011
(Montantes expressos em Euros, exceto quando expressamente indicado)18. MARGEM FINANCEIRA

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Juros e rendimentos similares:		
Juros de disponibilidades	94	1.647
Juros de aplicações:		
- Em instituições de crédito no país	225.553	176.139
- Em instituições de crédito no estrangeiro	2.288.785	4.058.388
- De crédito ao exterior	74.462.300	49.774.969
Outros juros e rendimentos similares:		
- Outros	-	1.042
	-----	-----
	76.976.732	54.012.185
	=====	=====
Juros e encargos similares:		
De recursos em instituições de crédito no estrangeiro	88.563	1.392
De recursos de clientes	12.714.711	4.862.909
De passivos subordinados	7.267.109	9.989.185
De derivados de cobertura:		
- "Swaps" de divisa	-	123.793
Outros juros e encargos similares	2.326	-
	-----	-----
	20.072.709	14.977.279
	=====	=====

19. RENDIMENTOS DE INSTRUMENTOS DE CAPITAL

Nos exercícios de 2012 e 2011, a totalidade do saldo desta rubrica na demonstração dos resultados refere-se a dividendos recebidos de ativos financeiros disponíveis para venda.

20. RENDIMENTOS E ENCARGOS COM SERVIÇOS E COMISSÕES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Rendimentos de serviços e comissões:		
Administração de valores	758.293	2.687.553
	-----	-----
Encargos com serviços e comissões:		
Operações sobre instrumentos financeiros		
- Fundo Charme II (Nota 4)	(568.629)	(688.318)
Operações realizadas por terceiros	(267.883)	(236.583)
Depósito e guarda de valores	(2.595)	(6.177)
Outras	(5.895)	(5.855)
	-----	-----
	(845.002)	(936.933)
	=====	=====

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, a rubrica "Rendimentos de serviços e comissões – Administração de valores" refere-se às comissões por serviços de administração de valores que o Banco Madesant presta a entidades financeiras inseridas no Grupo Santander. Estas comissões são cobradas trimestral e postecipadamente (Nota 8).

21. LUCROS LÍQUIDOS EM OPERAÇÕES FINANCEIRAS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Resultados de reavaliação cambial (líquido)		
- À vista	(233.761)	13.669.855
- A prazo	-	(14.535)
	-----	-----
	(233.761)	13.655.320
	-----	-----
Resultados de ativos financeiros disponíveis para venda:		
- Perdas realizadas na venda de ativos financeiros disponíveis para venda	-	(920.252)
	--	-----
	-	(920.252)
	--	-----
Resultados de ativos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados (líquido):		
- Ganhos e perdas em ativos financeiros detidos para negociação e ao justo valor através de resultados	8.987.874	(82.984.669)
- Ganhos e perdas em derivados de cobertura e instrumentos cobertos	-	561.324
	-----	-----
	8.987.874	(82.423.345)
	-----	-----
	8.754.113	(69.688.277)
	=====	=====

22. OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Contribuição sobre o setor bancário	410.646	463.101
Contribuições para o Fundo de Garantia de Depósitos	17.500	83.514
Outros	57.187	71.131
	-----	-----
	485.333	617.746
	=====	=====

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2012 e 2011, o Banco Madesant suportou um encargo com a contribuição sobre o setor bancário, determinada pelo artigo 141º da Lei do Orçamento de Estado, Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro. De acordo com a Portaria n.º 121/2011, esta contribuição corresponde a 0,05% sobre a média anual dos saldos finais de cada mês do passivo apurado e aprovado pelos sujeitos passivos deduzido dos fundos próprios de base (Tier 1) e complementares (Tier 2) e dos depósitos abrangidos pelo Fundo de Garantia de Depósitos, referentes ao exercício anterior.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011
(Montantes expressos em Euros, exceto quando expressamente indicado)23. CUSTOS COM PESSOAL

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Remuneração de:		
- Órgãos de gestão e de fiscalização	605.118	526.934
- Empregados	468.656	549.809
	-----	-----
	1.073.774	1.076.743
Encargos sociais	188.747	150.139
Outros custos com o pessoal	433.768	593.415
	-----	-----
	1.696.289	1.820.297
	=====	=====

Em junho de 2012 o Banco Madesant cedeu a posição contratual de cinco colaboradores a outra Sociedade do Grupo Santander, que assumiu todos os direitos e obrigações emergentes dos referidos contratos de trabalho. Estes colaboradores desempenhavam no Banco Madesant funções ao nível da contabilidade e back office, tendo a mesma Sociedade passado a prestar estes serviços ao Banco Madesant a partir dessa data (Notas 24 e 26).

24. GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Fornecimentos de terceiros:		
Água, energia e combustíveis	19.363	15.232
Impressos e material de uso corrente	4.528	4.930
Outros	8.982	9.209
Serviços de terceiros:		
Comunicações	87.641	84.078
Rendas	68.717	67.766
Publicidade	33.906	27.028
Deslocações e estadas	28.898	35.057
Aluguer de outro equipamento	7.757	7.467
Outros	20.561	25.104
Outros serviços de terceiros:		
Informática	237.614	228.988
Contabilidade e back-office	221.180	-
Advogados	42.314	167.440
Consultoria	22.828	148.066
Outros	163.107	146.931
	-----	-----
	967.396	967.296
	=====	=====

A partir de junho de 2012, foram externalizadas as funções de contabilidade e back office do Banco Madesant, tendo estes serviços passado a ser prestados por outra Sociedade do Grupo Santander (Nota 23).

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011
(Montantes expressos em Euros, exceto quando expressamente indicado)

Os honorários faturados no exercício findo em 31 de dezembro de 2012 pelo Revisor Oficial de Contas são registados na rubrica "Outros serviços de terceiros – Outros", e apresentam o seguinte detalhe, por tipologia de serviços:

Revisão legal das contas anuais	19.492
Outros serviços de garantia de fiabilidade	74.970
Consultoria fiscal	12.579

	107.041
	=====

25. IMPOSTOS SOBRE OS LUCROS

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, o custo com impostos sobre lucros reconhecidos em resultados, bem como a carga fiscal, medida pela relação entre a dotação para impostos e o lucro do exercício antes daquela dotação, podem ser resumidos como se segue:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Impostos correntes sobre os lucros:		
- Do período	7.028.600	105.681
- Correção de exercícios anteriores	(79.965)	11.545
	-----	-----
Total de imposto registado em resultados	6.948.635	117.226
	=====	=====
Resultado antes de impostos	53.329.477	(41.889.028)
Carga fiscal	13,03%	(0,28%)

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011 a rubrica "Passivos por impostos correntes" refere-se ao imposto corrente sobre os lucros apurado em cada exercício.

A reconciliação entre a taxa nominal de imposto e a carga fiscal verificada em 31 de dezembro de 2012, bem como a reconciliação entre o custo / proveito de imposto e o produto do lucro contabilístico pela taxa nominal de imposto, pode ser analisada como se segue:

	<u>Taxa de imposto</u>	<u>Valor</u>
Resultados antes de impostos		53.329.477
Imposto apurado com base na taxa nominal de imposto	29,6%	15.768.471
Utilização de prejuízos fiscais	-22,4%	(11.966.917)
Mais valias e imparidades em participações	2,2%	1.172.122
Contribuição sobre o sector bancário	0,2%	123.194
Correcções de exercícios anteriores	-0,1%	(79.965)
Imparidade para o goodwill	3,4%	1.799.313
Outros	0,1%	27.308
Tributação autónoma	0,2%	105.109
	-----	-----
	13,03%	6.948.635
	-----	-----

Os prejuízos fiscais acumulados da Sociedade em 31 de dezembro de 2011, em base individual, ascendiam a 329.119 Euros, relativos aos exercícios de 2006 a 2011, e foram apurados no âmbito da atividade sujeita ao Regime Geral do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas.

Com a publicação da Lei do Orçamento do Estado para 2012 (Lei nº 64–B/2011, de 30 de Dezembro), a dedução em cada exercício dos prejuízos fiscais reportáveis passou a estar limitada a 75% do lucro tributável apurado nesse exercício, sem prejuízo dos montantes que não possam ser deduzidos em virtude desta limitação poderem ser deduzidos no respetivo prazo de reporte.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011
(Montantes expressos em Euros, exceto quando expressamente indicado)

No exercício de 2012, a Sociedade deduziu prejuízos fiscais reportáveis no valor de 174.888 Euros, correspondentes a 75% do seu lucro tributável. Assim, com referência a 31 de dezembro de 2012, os prejuízos fiscais acumulados disponíveis para utilização em exercícios futuros ascendem a 154.231 Euros, com os seguintes prazos de reporte:

Exercício de referência	Reportável até	Prejuízos fiscais reportáveis		
		Gerados	Utilizados	Disponíveis
2006	2012	17.317	(17.317)	-
2007	2013	64.992	(64.992)	-
2008	2014	32.722	(32.722)	-
2009	2015	56.112	(56.112)	-
2010	2014	66.067	(3.745)	62.322
2011	2015	91.909	-	91.909
		<u>329.119</u>	<u>(174.888)</u>	<u>154.231</u>

De acordo com as declarações fiscais submetidas pelo Banco Madasant, os prejuízos fiscais acumulados em 31 de dezembro de 2011, apurados ao abrigo do regime de isenção temporária, ascendiam a 426.897.415 Euros, relativos aos exercícios de 2008, 2010 e 2011. A possibilidade de dedução destes prejuízos fiscais aos lucros tributáveis eventualmente apurados no futuro, no âmbito do Regime Geral, não está prevista na Lei, uma vez que esta não inclui disposições específicas quanto à comunicação entre lucros tributáveis e prejuízos fiscais reportáveis quando apurados no âmbito de uma atividade sujeita a regimes fiscais diferentes em cada exercício. Por este motivo, o Banco efetuou um pedido de informação vinculativa ao organismo com poderes tributários da Região Autónoma da Madeira (Direção Regional dos Assuntos Fiscais), que confirmou essa possibilidade em agosto de 2011.

No exercício de 2012, o Banco Madasant deduziu prejuízos fiscais reportáveis no valor de 47.692.782 Euros, correspondentes a 75% do seu lucro tributável. Assim, com referência a 31 de dezembro de 2012, os prejuízos fiscais acumulados disponíveis para utilização em exercícios futuros ascendem a 379.204.633 Euros, com os seguintes prazos de reporte:

Exercício de referência	Reportável até	Prejuízos fiscais reportáveis		
		Gerados	Utilizados	Disponíveis
2008	2014	164.900.625	(47.692.782)	117.207.843
2010	2014	224.176.249	-	224.176.249
2011	2015	37.820.541	-	37.820.541
		<u>426.897.415</u>	<u>(47.692.782)</u>	<u>379.204.633</u>

Com referência a 31 de dezembro de 2012, não foram registados impostos diferidos ativos associados aos prejuízos fiscais reportáveis da atividade individual da Sociedade e do Banco Madasant, dado que o Conselho de Gerência da Sociedade entende que, com base na informação disponível à data e face à incerteza quanto à evolução futura do resultado fiscal da Sociedade e do Banco Madasant, não está demonstrada a probabilidade de existência de lucros tributáveis futuros que possibilitem a sua dedução nos prazos e condições previstos no Código do Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Coletivas.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção pelas autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quanto a exercícios de utilização de prejuízos fiscais, em que o prazo de caducidade é o do exercício do direito de reporte (seis anos até ao exercício de 2009, quatro anos para os exercícios de 2010 e 2011, e cinco anos para o exercício de 2012). Deste modo, as declarações fiscais da Sociedade dos exercícios de 2006 a 2012 (esta última ainda não submetida) poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão. No caso do Banco Madasant, poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão as declarações fiscais dos exercícios de 2008 a 2012 (esta última ainda não submetida).

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011
(Montantes expressos em Euros, exceto quando expressamente indicado)26. EFETIVOS

Durante os exercícios de 2012 e 2011, a Sociedade não teve empregados ao seu serviço. A gestão é efetuada diretamente pelos gerentes da Sociedade. Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, o quadro de pessoal do Banco Madasant é constituído por quatro e nove funcionários, respetivamente, com a seguinte distribuição:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Administração	1	1
Direção	2	2
Técnicos	1	5
Administrativos	-	1
	--	--
	4	9
	=	=

Em junho de 2012 o Banco Madasant cedeu a posição contratual de cinco colaboradores a outra Sociedade do Grupo Santander, que assumiu todos os direitos e obrigações emergentes dos referidos contratos de trabalho (Nota 23).

27. REMUNERAÇÕES E OUTROS ENCARGOS ATRIBUÍDOS AOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, as remunerações e outros encargos atribuídos aos membros da Gerência e outros órgãos sociais da Sociedade ascenderam a 11.890 Euros e 11.365 Euros, respetivamente. Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, foram atribuídos aos membros do Conselho de Administração e outros órgãos sociais do Banco Madasant remunerações e outros encargos nos montantes de 913.823 Euros e 766.762 Euros, respetivamente.

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, não foram efetuadas quaisquer transações entre a Sociedade ou o Banco Madasant e os membros dos órgãos Sociais da Sociedade ou do Banco Madasant.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011
(Montantes expressos em Euros, exceto quando expressamente indicado)28. RELATO POR SEGMENTOS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, a totalidade dos elementos do balanço consolidado e da demonstração dos resultados consolidados da Sociedade resultaram de operações efetuadas na Zona Franca da Madeira.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, a segmentação dos resultados consolidados da Sociedade por linhas de negócio é a seguinte:

	2012			Total
	Banca de Investimento	Banca Comercial	Outros	
<i>Margem financeira</i>				
Juros e rendimentos similares	-	76.976.732	-	76.976.732
Juros e encargos similares	-	(20.072.709)	-	(20.072.709)
<i>Produto da atividade</i>				
Rendimentos de instrumentos de capital	468.203	-	-	468.203
Rendimentos de serviços e comissões	-	758.293	-	758.293
Encargos com serviços e comissões	(839.107)	(5.895)	-	(845.002)
Resultados de ativos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados (líquido)	8.987.874	-	-	8.987.874
Resultados de reavaliação cambial (líquido)	-	(233.761)	-	(233.761)
Resultados de alienação de outros ativos	-	-	(188)	(188)
Outros resultados de exploração	(11.400)	-	(473.933)	(485.333)
<i>Outros resultados</i>				
Custos com pessoal	-	-	(1.696.289)	(1.696.289)
Gastos gerais administrativos	-	-	(967.396)	(967.396)
Depreciações e amortizações	-	-	(67.314)	(67.314)
Imparidade de outros ativos financeiros (líquida)	(3.408.299)	-	-	(3.408.299)
Imparidade de outros ativos (líquida)	-	-	(6.085.334)	(6.085.334)
Impostos correntes	-	-	(6.948.635)	(6.948.635)
Resultado líquido do exercício	<u>5.197.271</u>	<u>57.422.660</u>	<u>(16.239.089)</u>	<u>46.380.842</u>
	2011			Total
	Banca de Investimento	Banca Comercial	Outros	
<i>Margem financeira</i>				
Juros e rendimentos similares	-	54.012.185	-	54.012.185
Juros e encargos similares	-	(14.977.279)	-	(14.977.279)
<i>Produto da atividade</i>				
Rendimentos de instrumentos de capital	882.211	-	-	882.211
Rendimentos de serviços e comissões	-	2.687.553	-	2.687.553
Encargos com serviços e comissões	(931.078)	(5.855)	-	(936.933)
Resultados de ativos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados (líquido)	(82.423.345)	-	-	(82.423.345)
Resultados de ativos financeiros disponíveis para venda (líquido)	(920.252)	-	-	(920.252)
Resultados de reavaliação cambial (líquido)	-	13.655.320	-	13.655.320
Resultados de alienação de outros ativos	-	-	-	-
Outros resultados de exploração	(11.400)	(57.367)	(548.979)	(617.746)
<i>Outros resultados</i>				
Custos com pessoal	-	-	(1.820.297)	(1.820.297)
Gastos gerais administrativos	-	-	(967.296)	(967.296)
Depreciações e amortizações	-	-	(66.532)	(66.532)
Provisões e imparidades líquidas	-	-	-	-
Imparidade de outros ativos financeiros (líquida)	(10.396.617)	-	-	(10.396.617)
Impostos correntes	-	-	(117.226)	(117.226)
Resultado líquido do exercício	<u>(93.800.481)</u>	<u>55.314.557</u>	<u>(3.520.330)</u>	<u>(42.006.254)</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011
(Montantes expressos em Euros, exceto quando expressamente indicado)

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, a segmentação do balanço consolidado da Sociedade por linhas de negócio é a seguinte:

	2012			Total
	Banca de Investimento	Banca Comercial	Outros	
<i>Ativos</i>				
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	-	-	1.528	1.528
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	106.625	-	106.625
Ativos financeiros detidos para negociação	5.241.777	-	-	5.241.777
Ativos Financeiros disponíveis para venda	25.255.135	-	-	25.255.135
Aplicações em instituições de crédito	-	75.181.008	-	75.181.008
Crédito a clientes	-	1.274.710.879	-	1.274.710.879
Outros ativos tangíveis	-	-	145.297	145.297
Ativos intangíveis	-	-	-	-
Outros ativos	67.983	133.411	119.674	321.068
	<u>30.564.895</u>	<u>1.350.131.923</u>	<u>266.499</u>	<u>1.380.963.317</u>
<i>Passivos</i>				
Recursos de outras instituições de crédito	-	200.018.923	-	200.018.923
Recursos de clientes e outros empréstimos	-	270.103	-	270.103
Passivos por impostos correntes	-	-	7.028.600	7.028.600
Outros passivos subordinados	-	-	-	-
Outros passivos	-	-	677.016	677.016
	-	<u>200.289.026</u>	<u>7.705.616</u>	<u>207.994.642</u>
<i>Capitais próprios</i>				
Capital	-	-	325.024.940	325.024.940
Outros instrumentos de capital	-	-	833.647.659	833.647.659
Reservas de reavaliação	5.376.356	-	-	5.376.356
Outras reservas e resultados transitados	-	-	(37.461.122)	(37.461.122)
Dividendos antecipados	-	-	-	-
Lucro do exercício	5.197.271	57.422.660	(16.239.089)	46.380.842
	<u>10.573.627</u>	<u>57.422.660</u>	<u>1.104.972.388</u>	<u>1.172.968.675</u>
	<u>10.573.627</u>	<u>257.711.686</u>	<u>1.112.678.004</u>	<u>1.380.963.317</u>
	2011			
	Banca de Investimento	Banca Comercial	Outros	Total
<i>Ativos</i>				
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	-	-	1.013	1.013
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	134.771	-	134.771
Ativos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-
Outros ativos avaliados ao justo valor através de resultados	170.965.652	-	-	170.965.652
Ativos Financeiros disponíveis para venda	18.131.219	-	-	18.131.219
Aplicações em instituições de crédito	-	77.716.921	-	77.716.921
Crédito a clientes	-	3.773.653.923	-	3.773.653.923
Outros ativos tangíveis	-	-	159.431	159.431
Ativos intangíveis	-	-	6.085.334	6.085.334
Outros ativos	3.379.887	711.923	12.503	4.104.313
	<u>192.476.758</u>	<u>3.852.217.538</u>	<u>6.258.281</u>	<u>4.050.952.577</u>
<i>Passivos</i>				
Recursos de outras instituições de crédito	-	12.740	-	12.740
Recursos de clientes e outros empréstimos	-	2.298.930.106	-	2.298.930.106
Passivos por impostos correntes	-	-	105.681	105.681
Outros passivos subordinados	-	628.901.776	-	628.901.776
Outros passivos	-	-	901.080	901.080
	-	<u>2.927.844.622</u>	<u>1.006.761</u>	<u>2.928.851.383</u>
<i>Capitais próprios</i>				
Capital	-	-	24.940	24.940
Outros instrumentos de capital	-	-	1.158.647.659	1.158.647.659
Reservas de reavaliação	889.717	-	-	889.717
Outras reservas e resultados transitados	-	-	4.545.132	4.545.132
Dividendos antecipados	-	-	-	-
Lucro do exercício	(93.800.481)	55.314.555	(3.520.328)	(42.006.254)
	<u>(92.910.764)</u>	<u>55.314.555</u>	<u>1.159.697.403</u>	<u>1.122.101.194</u>
	<u>(92.910.764)</u>	<u>2.983.159.177</u>	<u>1.160.704.164</u>	<u>4.050.952.577</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011
(Montantes expressos em Euros, exceto quando expressamente indicado)

29. CONSOLIDAÇÃO COM DETENTORES DE CAPITAL

As contas anuais individuais da Sociedade e do Banco Madesant são consolidadas com as do Banco Santander, S.A., as quais se encontram disponíveis na Sede desta instituição em Espanha.

30. PARTES RELACIONADAS

Para além da informação apresentada na Nota 27 relativamente aos saldos e operações realizadas com os membros dos órgãos Sociais da Sociedade e do Banco Madesant, os saldos registados no balanço consolidado e na demonstração dos resultados consolidados da Sociedade que têm origem em operações realizadas com entidades relacionadas (entidades do Grupo Santander) têm a seguinte composição:

	2012	2011
Balanço		
<i>Ativos</i>		
Ativos financeiros detidos para negociação	5.241.777	-
Outros ativos financeiros ao justo valor através de resultados	-	170.965.652
Ativos financeiros disponíveis para venda	-	-
Aplicações em instituições de crédito	46.147.010	69.758.206
Crédito a clientes	1.274.710.879	3.773.653.923
Ativos intangíveis	-	6.085.334
Outros ativos	201.394	2.043.266
<i>Passivos</i>		
Recursos de outras instituições de crédito	200.018.923	12.740
Recursos de clientes e outros empréstimos	270.103	2.298.930.106
Outros passivos subordinados	-	628.901.776
Outros passivos	28.304	41.499
<i>Situação líquida</i>		
Outros instrumentos de capital	833.647.659	1.158.647.659
	2012	2011
Demonstração dos resultados		
<i>Margem financeira</i>		
Juros e rendimentos similares	76.751.085	53.834.400
Juros e encargos similares	(20.072.709)	(14.977.280)
<i>Produto da atividade</i>		
Rendimentos de serviços e comissões	758.293	2.687.553
Encargos com serviços e comissões	(6.504)	(229.130)
Resultados de ativos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados (líquido)	8.987.874	(82.552.241)
Resultados de reavaliação cambial (líquido)	(233.761)	(14.534)
Outros resultados de exploração	20.000	20.000
Gastos gerais administrativos	(433.598)	(252.303)
Imparidade de outros ativos (líquida)	(6.085.334)	-

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, a rubrica "Outros resultados de exploração" corresponde a serviços de gestão prestados pelo Banco Madesant a outra entidade inserida no Grupo Santander.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011
(Montantes expressos em Euros, exceto quando expressamente indicado)

Nas rubricas em que não é contabilisticamente registado o justo valor, este foi apurado tendo por base as condições de mercado que seriam aplicáveis a operações similares nas respetivas datas de referência, nomeadamente:

- nas operações interbancárias foram utilizadas taxas de juro de mercado e de swaps;
- nas operações com Clientes foram utilizadas as taxas de juro nas respetivas datas de referência para os mesmos prazos das operações, utilizando-se o valor contabilístico quando este é a melhor aproximação ao justo valor.

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, os instrumentos financeiros registados no balanço ao justo valor apresentam o seguinte detalhe por metodologia de valorização:

Tipo de instrumento financeiro	2012			Total
	Metodologia de apuramento do justo valor			
	Cotações em mercado ativo - Nível 1	Técnicas de valorização baseadas em:		
	Dados de mercado - Nível 2	Outros - Nível 3		
<i>Ativos</i>				
Ativos financeiros detidos para negociação	5.241.777	-	-	5.241.777
Ativos financeiros disponíveis para venda	16.498.708	-	8.756.427	25.255.135
	21.740.485	-	8.756.427	30.496.912
Tipo de instrumento financeiro	2011			Total
	Metodologia de apuramento do justo valor			
	Cotações em mercado ativo - Nível 1	Técnicas de valorização baseadas em:		
	Dados de mercado - Nível 2	Outros - Nível 3		
<i>Ativos</i>				
Outros ativos financeiros ao justo valor através de resultados	170.965.652	-	-	170.965.652
Ativos financeiros disponíveis para venda	15.501.158	-	2.630.061	18.131.219
	186.466.810	-	2.630.061	189.096.871

A informação dos quadros acima é apresentada de acordo com a hierarquia prevista no IFRS 7 relativamente à metodologia de apuramento do justo valor:

- Nível 1 – esta categoria inclui os instrumentos financeiros valorizados com base em preços de mercados ativos.
- Nível 2 – neste nível são considerados os instrumentos financeiros valorizados, por semelhança, a partir dos preços de instrumentos com características idênticas ou similares ou recorrendo a modelos e parâmetros consensualmente utilizados e aceites pelo mercado para o efeito (parâmetros que são maioritariamente observáveis no mercado, como por exemplo curvas de taxa de juro ou taxas de câmbio).
- Nível 3 – neste nível são considerados os instrumentos financeiros valorizados recorrendo a técnicas de valorização internas que utilizam um ou vários inputs relevantes que não são observáveis em mercado.

32. GESTÃO DE RISCO

A adequada gestão e controlo dos riscos resultantes da negociação de instrumentos financeiros utilizados nas diferentes atividades desenvolvidas pela Sociedade e pelo Banco Madesant é assegurada por uma aplicação funcional específica para a gestão de riscos financeiros, dotada dos meios suficientes e adequados para a sua gestão.

Os riscos financeiros gerados pelos instrumentos financeiros são de natureza diversa, conforme a complexidade e natureza das atividades que os geram.

A gestão do risco financeiro é efetuada pelo Comité de Investimentos do Banco Madesant, órgão encarregue de definir e aprovar os objetivos, políticas, procedimentos e metodologia aplicados à gestão dos riscos financeiros, através da criação e desenvolvimento de manuais de gestão específicos para cada tipo de risco financeiro gerado.

Os objetivos, políticas e procedimentos aprovados para a gestão de cada tipo de risco financeiro, estabelecem as bases para a identificação, quantificação, análise, controlo e padrão de informação dos mesmos, a fim de facilitar a gestão ótima do risco financeiro.

O Comité de Investimentos define e aprova limites específicos para cada fator relevante de risco financeiro, cuja revisão periódica permite adaptar a estrutura do negócio do Banco ao nível de risco desejado.

Os relatórios de risco são elaborados sob controlo do Supervisor do Banco Madesant, assegurando uma correta definição e independência de funções na gestão do risco financeiro.

No exercício de 2008, de acordo com o Aviso nº 5/2008, emitido pelo Banco de Portugal em 25 de junho, foi nomeada a função de gestão de riscos, que tem como missão assegurar a aplicação efetiva do sistema de gestão de riscos, através do acompanhamento contínuo da sua adequação e eficácia, bem como da adequação e da eficácia das medidas tomadas para corrigir eventuais deficiências desse sistema.

Risco de crédito

Risco de crédito corresponde a perdas financeiras decorrentes do incumprimento das contrapartes com as quais são celebrados os instrumentos financeiros.

O Banco Madesant dispõe de um Manual de Risco de Crédito no qual se estabelece um padrão adequado de gestão eficaz de risco de crédito, baseado não apenas na existência de sólidos processos de aprovação de crédito mas também numa administração, medição, monitorização e controlos adequados do mesmo.

O Banco Madesant opera com base em critérios de aprovação de crédito eficazes e bem definidos. As decisões acerca da aprovação, modificação, renovação ou refinanciamento dos créditos já existentes são tomadas com base num princípio de tratamento equilibrado entre as partes envolvidas.

De um modo geral as operações do Banco Madesant em matéria de crédito realizam-se com contrapartes de reconhecida liquidez e tamanho, com larga experiência e presença nos diferentes mercados, seguindo a prática duma política conservadora na gestão dos diversos riscos gerados na atividade do Banco Madesant.

De todas as contrapartes de crédito do Banco Madesant são elaborados análises financeiras e de crédito. Para as diferentes contrapartes são aprovados "ratings internos" gerados a partir das análises referidas, considerando as qualificações de crédito aprovadas por agências de qualificação tais como a Moody's e/ou a Standard & Poor's.

A metodologia definida permite classificar as diferentes contrapartes de forma homogénea, resultando uma proposta de risco baseada em critérios objetivos e quantificáveis. As referidas análises permitem estabelecer limites de crédito, assim como controlar as exposições ao risco de crédito.

Qualidade do crédito dos ativos financeiros sem incumprimentos ou imparidade

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, a qualidade ao nível do risco crédito dos ativos nos quais não foi registada imparidade ou incumprimentos pode ser resumida conforme segue, de acordo com o valor de balanço:

- Rating divulgado por agências de rating

Classe de ativo	2012						Total
	AAA	AA	A	BBB	BB	N.R.	
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	-	-	-	106.625	-	106.625
Aplicações em instituições de crédito	-	-	-	-	29.033.998	-	29.033.998
Outros ativos - dividendos e outros valores a regularizar	-	-	-	67.983	-	-	67.983
	-	-	-	67.983	29.140.623	-	29.208.606

Classe de ativo	2011						Total
	AAA	AA	A	BBB	BB	N.R.	
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	-	-	-	134.771	-	134.771
Aplicações em instituições de crédito	-	-	44.387.110	33.329.811	-	-	77.716.921
Outros ativos - dividendos e outros valores a regularizar	-	-	-	1.331.343	-	2.048.543	3.379.886
	-	-	44.387.110	34.661.154	134.771	2.048.543	81.231.578

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011
(Montantes expressos em Euros, exceto quando expressamente indicado)

- Rating interno apurado para as contrapartes que não apresentam rating pelas agências de rating

Classe de ativo	2012					
	Ratings internos					Total
	AAA	AA	A	BBB	N.R.	
Aplicações em instituições de crédito	-	46.147.010	-	-	-	46.147.010
Crédito a clientes	-	1.274.710.879	-	-	-	1.274.710.879
Outros ativos	-	-	133.411	-	-	133.411
	-	1.320.857.889	133.411	-	-	1.320.991.300

Classe de ativo	2011					
	Ratings internos					Total
	AAA	AA	A	BBB	N.R.	
Crédito a clientes	-	2.746.601.505	1.027.052.418	-	-	3.773.653.923
Outros ativos	-	-	711.923	-	-	711.923
	-	2.746.601.505	1.027.764.341	-	-	3.774.365.846

Exposição máxima ao risco de crédito

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, a exposição máxima ao risco de crédito por tipo de instrumento financeiro, pode ser resumida como segue:

Tipo de instrumento financeiro	2012		
	Valor bruto	Imparidade	Valor líquido
Crédito a clientes	1.274.710.879	-	1.274.710.879
Disponibilidades em outras instituições de crédito	106.625	-	106.625
Aplicações em instituições de crédito	75.181.008	-	75.181.008
Outros ativos	201.394	-	201.394
	1.350.199.906	-	1.350.199.906

Tipo de instrumento financeiro	2011		
	Valor bruto	Imparidade	Valor líquido
Crédito a clientes	3.773.653.923	-	3.773.653.923
Disponibilidades em outras instituições de crédito	134.771	-	134.771
Aplicações em instituições de crédito	77.716.921	-	77.716.921
Outros ativos	4.091.809	-	4.091.809
	3.855.597.424	-	3.855.597.424

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, não existem ativos cujas condições tenham sido objeto de renegociação para fazer face a situações de incumprimento.

Ativos financeiros com incumprimentos

Em 31 de dezembro de 2011, a Sociedade tinha registado na rubrica "Outros Ativos" dividendos a receber no montante de 2.048.543 Euros (Nota 8), relacionados com rendimentos de títulos do Banco Madasant que se encontravam depositados junto da Lehman Brothers e cuja situação se encontra descrita na Nota 34. Durante o exercício de 2012, estes valores foram recebidos na totalidade pelo Banco.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011
(Montantes expressos em Euros, exceto quando expressamente indicado)**Risco de liquidez**

O Banco Madasant dispõe de um Manual de Risco Estrutural no qual se detalham as políticas, procedimentos e metodologia adotada, para o controlo e mediação do risco de liquidez para todos os negócios e atividades desenvolvidas no Banco Madasant.

Através do Comité de Investimentos, são analisadas as necessidades de liquidez do Banco Madasant, estabelecendo-se um calendário de vencimentos apropriado com a política de investimentos definida.

Relativamente à gestão do risco de liquidez, o objetivo dos controlos realizados é o de assegurar um financiamento suficiente das atividades e negócios desenvolvidos, assim como manter ativos líquidos suficientes para garantir um nível mínimo de liquidez no balanço. Para o efeito calculam-se entre outros os seguintes parâmetros: liquidez acumulada num mês e o coeficiente de liquidez sendo que, para estes, existem limites internos aprovados.

Prazos residuais

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, os prazos contratuais residuais relativos aos ativos e passivos financeiros apresentam a seguinte composição:

	2012						Total
	"on demand"	até 1 mês	de 1 mês até 3 meses	de 3 meses a 1 ano	de 1 ano a 5 anos	mais de 5 anos	
Ativos							
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	1.528	-	-	-	-	-	1.528
Disponibilidades em outras instituições de crédito	106.625	-	-	-	-	-	106.625
Ativos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-	-	5.241.777	5.241.777
Ativos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	-	-	25.255.135	25.255.135
Aplicações em instituições de crédito	-	49.897.453	561.926	-	7.500.000	17.500.000	75.459.379
Crédito a clientes	-	-	902.057.632	-	394.566.880	-	1.296.624.512
Outros ativos	-	133.411	67.983	-	-	-	201.394
	108.153	50.030.864	902.687.541	-	402.066.880	17.500.000	1.402.890.350
Passivos							
Recursos de outras instituições de crédito	(11.745)	-	(200.109.461)	-	-	-	(200.121.206)
Recursos de clientes e outros empréstimos	-	(270.109)	-	-	-	-	(270.109)
Outros passivos subordinados	-	-	-	-	-	-	-
	(11.745)	(270.109)	(200.109.461)	-	-	-	(200.381.315)
	96.408	49.760.755	702.578.080	-	402.066.880	17.500.000	1.202.499.035
2011							
	Prazos contratuais residuais						Total
	"on demand"	até 1 mês	de 1 mês até 3 meses	de 3 meses a 1 ano	de 1 ano a 5 anos	mais de 5 anos	
Ativos							
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	1.013	-	-	-	-	-	1.013
Disponibilidades em outras instituições de crédito	134.771	-	-	-	-	-	134.771
Ativos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-	-	-	-
Outros ativos financeiros ao justo valor através de resultados	-	-	-	-	-	170.965.652	170.965.652
Ativos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	-	-	18.131.219	18.131.219
Aplicações em instituições de crédito	-	52.350.419	726.230	-	5.000.000	20.000.000	78.076.649
Crédito a clientes	-	1.279.728.738	18.515.305	2.127.368.099	413.133.760	-	3.838.745.902
Outros ativos	-	711.923	1.331.343	-	-	-	4.091.809
	135.784	1.332.791.080	20.572.878	2.127.368.099	418.133.760	20.000.000	4.110.147.015
Passivos							
Recursos de outras instituições de crédito	(12.740)	-	-	-	-	-	(12.740)
Recursos de clientes e outros empréstimos	-	(1.190.567.242)	(1.117.038.741)	-	-	-	(2.307.605.983)
Outros passivos subordinados	-	(6.133.834)	-	-	-	-	(629.631.205)
	(12.740)	(1.196.701.076)	(1.117.038.741)	-	-	-	(2.937.249.926)
	123,044	136.090.004	(1.096.465.863)	2.127.368.099	418.133.760	20.000.000	1.172.897.087

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011
(Montantes expressos em Euros, exceto quando expressamente indicado)**Risco de mercado**

Risco de mercado corresponde ao risco de variação do justo valor ou dos cash-flows dos instrumentos financeiros em função de alterações nos preços de mercado, incluindo:

- risco cambial
- risco de taxa de juro
- outro risco de preço. Este risco está associado a variações ao nível dos preços de mercados (excluindo as variações associadas ao risco cambial ou ao risco de taxa de juro) resultantes de variações em fatores específicos de cada instrumento financeiro ou de fatores que afetem todos os instrumentos financeiros similares transacionados no mercado.

Risco de preço e risco cambial

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, os montantes globais dos ativos e passivos financeiros por moeda, convertidos para Euros, apresentam a seguinte composição:

	2012				
	Euros	Taxa de juro média	Dólares Norte Americanos	Taxa de juro média	Total
<i>Ativos</i>					
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	1.528	n.a.	-	n.a.	1.528
Disponibilidades em outras instituições de crédito	106.625	n.a.	-	n.a.	106.625
Ativos financeiros detidos para negociação	-	n.a.	5.241.777	n.a.	5.241.777
Ativos financeiros disponíveis para venda	25.255.135	n.a.	-	n.a.	25.255.135
Aplicações em instituições de crédito	75.181.008	3,69%	-	n.a.	75.181.008
Crédito a clientes	1.274.710.879	3,82%	-	n.a.	1.274.710.879
Outros ativos	133.411	n.a.	67.983	n.a.	201.394
	<u>1.375.388.586</u>		<u>5.309.760</u>		<u>1.380.698.346</u>
<i>Passivos</i>					
Recursos de outras instituições de crédito	(200.013.351)	0,32%	(5.572)	n.a.	(200.018.923)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(270.103)	0,03%	-	n.a.	(270.103)
	<u>(200.283.454)</u>		<u>(5.572)</u>		<u>(200.289.026)</u>
	<u>1.175.105.132</u>		<u>5.304.188</u>		<u>1.180.409.320</u>
2011					
	Euros	Taxa de juro média	Dólares Norte Americanos	Taxa de juro média	Total
<i>Ativos</i>					
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	1.013	n.a.	-	-	1.013
Disponibilidades em outras instituições de crédito	134.771	n.a.	-	-	134.771
Ativos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-	-
Out. ativos fin. ao justo valor através de resultados	170.965.652	n.a.	-	-	170.965.652
Ativos financeiros disponíveis para venda	18.131.219	n.a.	-	-	18.131.219
Aplicações em instituições de crédito	77.716.921	5,17%	-	-	77.716.921
Crédito a clientes	3.773.653.923	3,71%	-	-	3.773.653.923
Outros ativos	2.760.466	n.a.	1.331.343	n.a.	4.091.809
	<u>4.043.363.965</u>		<u>1.331.343</u>		<u>4.044.695.308</u>
<i>Passivos</i>					
Recursos de outras instituições de crédito	(1.342)	n.a.	(11.398)	n.a.	(12.740)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(2.298.930.106)	1,54%	-	-	(2.298.930.106)
Outros passivos subordinados	(628.901.776)	1,91%	-	-	(628.901.776)
	<u>(2.927.833.224)</u>		<u>(11.398)</u>		<u>(2.927.844.622)</u>
	<u>1.115.530.741</u>		<u>1.319.945</u>		<u>1.116.850.686</u>

O Banco Madesant dispõe de um Manual de Risco de Mercado no qual estão detalhados a política, os procedimentos e a metodologia adotadas, relativamente ao controlo e medição do risco de mercado nos seus diferentes fatores de risco: risco de preço e risco cambial.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011
(Montantes expressos em Euros, exceto quando expressamente indicado)

O Banco Madesant tem desenvolvido ferramentas de controlo a fim de identificar e limitar as possíveis concentrações de risco de mercado, segundo a natureza do ativo ou instrumento financeiro, concentração do risco do país, riscos em produtos derivados de cobertura, entre outros.

Como medida standard de risco de mercado o Banco Madesant utiliza as medições do "Value at Risk" (VaR) por simulação histórica que resume de modo apropriado a exposição ao risco de mercado resultante das atividades. O VaR mede a máxima perda potencial que em condições normais pode gerar a posição da carteira, com um determinado grau de certeza estatística (nível de confiança) num horizonte temporal definido. O Banco dispõe de ferramentas desenhadas para o cálculo do "Value at Risk" assim como para o cálculo e avaliação de riscos financeiros, utilizando cenários de Stress-Test em diferentes hipóteses de maior ou menor complexidade.

Os valores apurados de Value at Risk podem ser decompostos da seguinte forma:

	Value at Risk	
	31-12-2012	31-12-2011
VaR de mercado:		
Taxa de juro	(143.603)	(683.648)
Cambial	(70.351)	-
Ações	(1.336.194)	(8.936.280)
Efeito diversificação	322.999	1.098.200
	<u>(1.227.149)</u>	<u>(8.521.728)</u>

O Value at Risk pode ser decomposto por moeda como segue:

	Value at Risk	
	31-12-2012	31-12-2011
Moeda		
EUR	(1.123.507)	(8.521.728)
USD	(236.802)	-
Efeito diversificação	133.160	-
	<u>(1.227.149)</u>	<u>(8.521.728)</u>

Risco de taxa de juro

O Banco Madesant dispõe de um Manual de Risco Estrutural no qual se detalham as políticas, procedimentos e metodologias adotadas, para o controlo e medição do risco de taxa de juro para todos os negócios e atividades desenvolvidas no Banco Madesant.

A metodologia aplicada na gestão do risco de taxa de juro aplica-se a todos e a cada um dos negócios e atividades desenvolvidas no Banco Madesant.

O controlo do risco de taxa de juro baseia-se no estudo das diferenças (gaps) entre os ativos e os passivos sensíveis a variações das taxas de juro, calculando o impacto potencial na margem financeira e valor patrimonial do Banco, procedendo-se à medição de dois parâmetros: Sensibilidade da Margem Financeira (NIM) e Sensibilidade do Valor Patrimonial (VP) num cenário standard de deslocação paralelo de cem pontos básicos nas taxas de juro.

A política principal do Banco Madesant é manter níveis conservadores de risco de taxa de juro, consistentes com a estratégia do negócio. O Banco tem limites aprovados para a Sensibilidade da Margem Financeira e para a Sensibilidade do Valor Patrimonial.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011
(Montantes expressos em Euros, exceto quando expressamente indicado)

Ao nível do risco de taxa de juro, a análise de gaps de repricing com referência a 31 de dezembro de 2012 e 2011 pode ser decomposta como se segue:

		2012					
		Prazos de repricing					
		até 1 mês	de 1 mês até 3 meses	de 3 meses a 1 ano	de 1 ano a 5 anos	mais de 5 anos	Total
EUR							
Ativos		50.030.864	927.619.558	-	394.566.880	-	1.372.217.302
Passivos		(276.282)	(200.109.461)	-	-	-	(200.385.743)
		<u>49.754.582</u>	<u>727.510.097</u>	<u>-</u>	<u>394.566.880</u>	<u>-</u>	<u>1.171.831.559</u>
		2012					
		Prazos de repricing					
		até 1 mês	de 1 mês até 3 meses	de 3 meses a 1 ano	de 1 ano a 5 anos	mais de 5 anos	Total
USD							
Ativos		-	67.983	-	-	-	67.983
Passivos		(5.572)	-	-	-	-	(5.572)
		<u>(5.572)</u>	<u>67.983</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>62.411</u>
		2011					
		Prazos de repricing					
		até 1 mês	de 1 mês até 3 meses	de 3 meses a 1 ano	de 1 ano a 5 anos	mais de 5 anos	Total
EUR							
Ativos		1.332.791.080	44.241.535	2.127.368.099	413.133.760	-	3.917.534.474
Passivos		(1.820.199.789)	-	(1.117.038.741)	-	-	(2.937.238.530)
		<u>(487.408.709)</u>	<u>44.241.535</u>	<u>1.010.329.358</u>	<u>413.133.760</u>	<u>-</u>	<u>980.295.944</u>
		2011					
		Prazos de repricing					
		até 1 mês	de 1 mês até 3 meses	de 3 meses a 1 ano	de 1 ano a 5 anos	mais de 5 anos	Total
USD							
Ativos		-	1.331.343	-	-	-	1.331.343
Passivos		(11.398)	-	-	-	-	(11.398)
		<u>(11.398)</u>	<u>1.331.343</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.319.945</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011
(Montantes expressos em Euros, exceto quando expressamente indicado)**Contabilidade de cobertura**

A Sociedade aplica Contabilidade de cobertura relativamente a coberturas de justo valor de aplicações em instituições de crédito em moeda estrangeira.

Em 31 de dezembro de 2011 e durante o exercício de 2012, a Sociedade não tinha ativos ou passivos para os quais estivesse a ser aplicada contabilidade de cobertura, nem mantinha instrumentos derivados de cobertura.

Os resultados reconhecidos pela Sociedade em 2011 relativamente aos elementos cobertos e aos respetivos instrumentos de cobertura podem ser resumidos como segue:

	2011				Total
	Lucros em operações financeiras	Perdas em operações financeiras	Juros e rendimentos equiparados	Juros e encargos equiparados	
<i>Cobertura de justo valor</i>					
<i>Aplicações em instituições de crédito em moeda estrangeira</i>					
Elemento coberto	894.547	-	-	-	894.547
Instrumento de cobertura					
Sw aps de moeda e de taxa de juro	-	-	-	-	-
Sw aps de moeda	527.708	(879.932)	-	(123.793)	(476.017)
Forwards	40.807	(36.340)	-	-	4.467
	<u>1.463.062</u>	<u>(916.272)</u>	<u>-</u>	<u>(123.793)</u>	<u>422.997</u>

Reclassificação de ativos financeiros

Em 2012 e 2011, a Sociedade não efetuou qualquer reclassificação de ativos financeiros entre justo valor e custo amortizado.

33. FUNDOS PRÓPRIOS

Em 31 de dezembro de 2012 os Fundos Próprios da Sociedade (não considerando o resultado líquido do exercício), ascendiam a 573.509.680 Euros (1.739.513.231 Euros em 31 de dezembro de 2011), correspondendo a um excesso face aos requisitos mínimos no montante de 461.391.494 Euros (1.413.601.399 Euros em 31 de dezembro de 2011) e detalham-se como segue:

	2012	2011
Fundos próprios de base	286.854.840	1.116.015.860
Fundos próprios complementares	286.654.840	623.497.371
Total dos Fundos próprios	573.509.680	1.739.513.231
Requisitos totais	112.118.186	325.911.832
Ativos ponderados pelo risco	1.401.477.325	4.073.897.900
Rácio de adequação de fundos próprios totais	40,92%	42,70%
Rácio de adequação de fundos próprios de base	20,47%	27,39%
Rácio de adequação de fundos próprios complementares	20,45%	15,30%

34. OUTROS ASSUNTOS

Em 2008, o Banco Madasant tinha ativos depositados na Lehman Brothers International Europe. No âmbito do processo de falência desta instituição, iniciado em 15 de setembro de 2008, um conjunto de valores relacionados com dividendos distribuídos por emitentes de ações depositados na instituição e valores resultantes da alienação de ações, ficaram bloqueados e a sua liquidação dependente da prossecução do processo de falência.

Do total pendente de liquidação, no montante de 2.473.490 Euros, durante o exercício de 2011 foram recebidos 424.946 Euros, relativos à alienação das ações da sociedade Cepsa. No decorrer do exercício de 2012, o Banco Madasant recebeu o valor remanescente, 2.048.543 Euros, relacionado com dividendos (Nota 8).

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL CONTAS CONSOLIDADAS

Aos Sócios da
Aljardi SGPS, Lda

Em conformidade com a legislação em vigor e com o mandato que nos foi confiado, vimos submeter à Vossa apreciação o nosso Relatório e Parecer que abrange a atividade por nós desenvolvida e os documentos de prestação de contas consolidadas da Aljardi SGPS, Lda (Sociedade), relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, os quais são da responsabilidade da Gerência da Sociedade.

Acompanhámos, com a periodicidade e a extensão que consideramos adequada, a evolução da atividade da Sociedade ao longo do exercício em apreço, a regularidade dos seus registos contabilísticos e o cumprimento do normativo estatutário em vigor tendo recebido da Gerência da Sociedade as informações e os esclarecimentos solicitados.

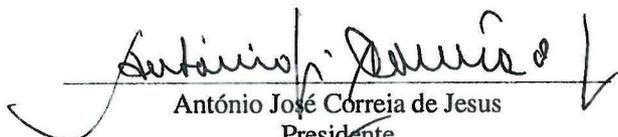
No âmbito das nossas funções, examinámos o balanço consolidado em 31 de dezembro de 2012, as demonstrações dos resultados consolidadas, do rendimento integral, dos fluxos de caixa consolidados e das alterações no capital próprio consolidado no exercício findo naquela data e o correspondente anexo. Adicionalmente, procedemos a uma análise do Relatório de Gestão do exercício de 2012 preparado pela Gerência e da proposta de aplicação de resultados nele incluído.

Apreciámos igualmente o conteúdo da Certificação Legal das Contas datada de 12 de março de 2013, elaborada pelo Revisor Oficial de Contas, com a qual concordamos e que se dá aqui como integralmente reproduzida neste documento.

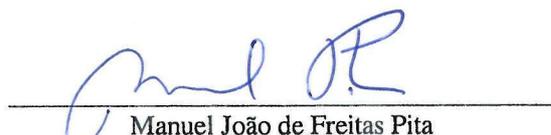
Face ao exposto, somos de opinião que, as demonstrações financeiras consolidadas e o Relatório de Gestão consolidado suprarreferidos estão de acordo com as disposições contabilísticas e estatutárias aplicáveis, para efeitos de aprovação em Assembleia Geral de Sócios.

Desejamos ainda manifestar à Gerência da Sociedade o nosso apreço pela colaboração prestada.

Funchal, 13 de março de 2013


António José Correia de Jesus
Presidente


Tânia Carmelita da Silva Castro
Vogal


Manuel João de Freitas Pita
Vogal

RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO DE ALJARDI SGPS LDA.

REFERENTE AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012.

I – ATIVIDADES

No presente exercício, a Sociedade exerceu a sua atividade social com a gestão da única participação que detém, no capital social do Banco Madasant – Sociedade Unipessoal. S.A. (Banco), no âmbito institucional do Centro Internacional de Negócios da Madeira.

Seguindo a política estabelecida a direção do Banco, controla e acompanha aquelas atividades sujeitas a risco, através dos diferentes Comitês nas reuniões estabelecidas periodicamente. Em cada mercado que se opera, estabelece-se a predisposição ao risco de forma coerente com a estratégia adoptada.

Em particular o Banco dispõe de Manuais de Gestão de Risco de Crédito, Risco de Mercado, Risco Estrutural, Risco Operacional, Risco de Compliance, Sistema de Controlo Interno e Função de Gestão de Risco, nos quais detalham-se as políticas e práticas de gestão do risco, os procedimentos e metodologia adoptada, relativos ao controlo e medição do dito risco, o que permite uma gestão adequada e eficaz do mesmo.

A Prevenção do Branqueamento de Capitais, nas suas diferentes ramificações e utilizações, têm atualmente e cada dia uma maior importância no controlo do conhecimento dos canais de recepção do dinheiro, pelo que o Banco mantém um constante, rigoroso e escrupuloso controlo nesta matéria.

Nesse sentido, é de destacar a existência do Manual de Prevenção de Branqueamento de Capitais, o qual foi criado dentro do quadro das recomendações emitidas, pelo Grupo de Ação Financeira Internacional (GAFI) e pelas Autoridades Nacionais e Internacionais, e seguindo as pautas marcadas pelo Grupo Santander nesta área.

O referido manual é revisto e atualizado periodicamente com o fim de manter em vigor as normas internas de atuação, e os sistemas de controlo e de comunicação, em sintonia com as normas nacionais e internacionais e as constantes inovações de controlo e segurança do Grupo nesta matéria.

O risco de Compliance afeta a todo o pessoal do Banco, contemplando-se como uma parte integral das atividades do negócio. O Banco é consciente da efetividade duma cultura que enfatize Standards de honestidade e integridade, tanto no comportamento da administração como da Direção do Banco e do resto do pessoal da organização.

Em consequência, o Banco tem estruturado e nomeado o responsável para a função de Compliance, de maneira consistente com a própria estratégia e estrutura da gestão do risco, respeitando em todo momento quer o espírito quer o conteúdo da legislação normativa e regulamentação aplicáveis às atividades desenvolvidas.

O justo valor dos produtos de negociação, dos ativos objeto de coberturas, bem como os respectivos derivados financeiros de cobertura, de acordo com as normas definidas pelas NIC (IAS – 39), encontram-se refletidos nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de Dezembro de 2012.

No mês de dezembro de 2012 a sociedade aumentou o capital social no montante de EUR 325.000.000,00 (trezentos e vinte cinco milhões de euros), realizado mediante a conversão em capital de parte das prestações suplementares efectuadas pelas sócias mediante deliberação de 17 de Julho de 1998.

A Sociedade não é devedora de quaisquer contribuições à Segurança social ou à Administração Fiscal.

Conjuntura macroeconómica e mercados financeiros.

O ano de 2012 ficou marcado pelos acontecimentos em torno da crise da zona Euro e por uma preocupante desaceleração do ritmo de crescimento global. A atuação das autoridades governamentais e monetárias revelou-se crucial para a contenção dos riscos em ambas as frentes. As primeiras, concordaram com o estabelecimento de um

itinerário destinado a reforçar institucionalmente a UEM, incorporando os elementos necessários para uma verdadeira união bancária e fiscal. Além disso redobramos os esforços tendentes a corrigir os problemas dos países periféricos. As segundas, com o carácter marcadamente expansivo das políticas a nível mundial, com o propósito de garantir a estabilidade financeira e estimular o crescimento económico.

O compromisso das autoridades visando proporcionar um cenário económico e financeiro estável imperou nas decisões da maioria dos bancos centrais. O ano de 2012 foi caracterizado por um cenário monetário expansivo das políticas económicas a nível mundial. Num contexto de estabilidade de preços e todavia ainda débil atividade económica tanto a Euro zona como os Estados Unidos procuraram a acalmia das condições monetárias pressionando a baixa das taxas de juro interbancárias norte-americanas e europeias. Em particular, na sua última reunião do ano, o Banco Central Europeu decidiu manter a taxa de juro oficial em 0,75%, assim como prolongar o regime de leilões de liquidez a taxas de juro fixas com adjudicação plena durante todo o tempo que for necessário.

Os resultados das políticas económicas e monetárias já estão a começar a ser observados na relativa estabilização dos mercados de crédito soberano na Eurozona, assim como a contenção da deterioração da atividade nas principais economias.

Na Europa os primeiros anos de vida do Euro coincidiram com um grande ciclo de prosperidade na Europa o que levou a pensar que muitos dos desequilíbrios existentes em vários Estados membros poderiam ser corrigidos de forma gradual. Contudo a crise financeira iniciada em 2008 pôs em evidência que não poderia ser assim, o que forçou e impulsionou em muitos países, em particular nos denominados periféricos, reformas estruturais, saneamento das finanças públicas e desalavancagem do sector privado, tudo isso de forma simultânea, o que limitou de alguma forma a capacidade de recuperação a curto prazo devido à delicada situação económica que atravessa a periferia.

Nos passados meses produziram-se importantes avanços na gestão dos principais eixos de atuação das instituições europeias – controlo fiscal, controlo de desequilíbrios macroeconómicos e sistema financeiro.

Em matéria fiscal foi definido um calendário a nível europeu para coordenar o processo de elaboração e aprovação dos orçamentos de cada país, para que as instituições europeias possam aí participar, estabelecendo-se um mecanismo para a supervisão dos desequilíbrios macroeconómicos e financeiros.

A zona euro entrou em recessão no terceiro trimestre de 2012 pela segunda vez em quatro anos. A falta de investimento foi a principal responsável pela queda da procura interna e contribuiu negativamente para o crescimento do PIB. A falta de dinamismo do consumo privado é consequência principalmente do retrocesso do rendimento das famílias que se viu diminuído pela má evolução do mercado laboral. O sector de exportações tem contribuído de forma sustentada e significativa no crescimento do PIB desde há mais de dois anos.

A já referida dupla recessão experimentada pela zona Euro desde a crise financeira de 2008 deteriorou profundamente o mercado de trabalho. A taxa de desemprego continuou a sua trajetória ascendente iniciada em 2011 reduzindo a capacidade de consumo das instituições. Porém a sua evolução não é igual para todos os países destacando-se o melhor comportamento da Alemanha.

Desde o início da crise da dívida soberana que se tem verificado uma fragmentação dos mercados financeiros europeus, o que originou uma dualidade nos custos de financiamento dos países centrais e periféricos. Esta heterogeneidade nos custos de financiamento despoletou a intervenção do Banco Central Europeu no mês de Agosto, anunciando um programa de compras ilimitadas de dívida soberana nos mercados secundários, embora sujeita a alguns condicionalismos e mostrando o seu compromisso para garantir a unidade do euro.

Também a nível do processo de uma união bancária foram dados passos importantes. Em particular o Banco Central Europeu passará a ser o último responsável pela supervisão de toda a banca europeia. Na cimeira do Conselho Europeu realizada em Dezembro 2012 ficou acordado que o BCE começará a exercer as suas funções de supervisão a partir de Março 2014.

Nos Estados Unidos a expansão estado-unidense mantém um crescimento do produto interno bruto superior a 2% para o ano de 2012. O crescimento é duplamente desejável,

para ajudar a desalavancagem do sector privado e para uma recuperação do emprego que está sendo mais lenta que em anos anteriores. A recuperação do sector imobiliário continua a ser um apoio para o crescimento.

A Reserva Federal tem intensificado a flexibilidade de sua política monetária. Na primeira reunião após a reeleição presidencial tomaram-se decisões sem precedentes, associando explicitamente o início das subidas de taxas de juro ao nível de desemprego e a inflação. Manter-se-ão as taxas de juro excepcionalmente baixas enquanto a taxa de desemprego se encontrar acima dos 6,5% e a inflação esperada não supere em meio ponto percentual o objetivo de longo prazo de 2%. Adicionalmente, a FED decidiu estender o programa de compra de bónus do Tesouro norte-americano e valores de renda fixa suportados por activos imobiliários. A efetividade desta estratégia está sujeita ao sucesso das negociações para evitar o risco de recessão que conduziria ao denominado precipício fiscal.

Por outro lado o Japão confirmou a debilidade de sua economia depois de somar dois trimestres consecutivos de retrocessos intertrimestrais com uma revisão das suas contas nacionais que deixou a economia em situação de recessão. A revisão também confirmou a extrema debilidade do sector exportador e do pouco gasto em investimento.

Quanto aos denominados países emergentes o cenário é diferente. Em conjunto, estes países têm conseguido conduzir com sucesso a aterragem suave de suas economias em 2012 com o uso de medidas monetárias e fiscais expansionistas.

Na China por outra parte, os últimos indicadores avançados confirmam a gradual recuperação da economia chinesa, ao mesmo tempo que a nova cúpula de líderes se mostra predisposta a tolerar taxas de crescimento algo mais moderadas em pró de uma mudança de padrão económico que outorgue um maior protagonismo ao consumo interno e ao investimento privado.

No Brasil o débil crescimento económico, por baixo das previsões do mercado, tem provocado a utilização por parte do seu governo de alavancas para reavivar o sector privado recorrendo tanto a incentivos fiscais como à redução das taxas energéticas, entre muitas outras medidas de apoio. A inflação mantém-se acima do objetivo do Banco Central.

No México, o novo governo tem apresentado um ambicioso programa de reformas para afirmar o crescimento económico do país e aumentar o potencial de crescimento do país. Perante a moderação do crescimento económico na segunda parte do ano, a procura interna resiste face à debilitada procura externa. A inflação situa-se ainda acima do limite superior do objetivo oficial.

Os principais índices bolsistas finalizaram o ano com ganhos. A subida das cotações tem sido o resultado conjunto do anúncio de novas medidas de estímulos monetários em ambos lados do Atlântico e da valorização positiva das iniciativas adoptadas pelos dirigentes europeus para afirmar a estabilização financeira da região. Iguamente, alguns dados de conjuntura económica norte-americanos e chineses têm surpreendido favoravelmente na parte final do exercício. A percepção de riscos menores manifestou-se na queda da volatilidade implícita dos índices, situando-se por debaixo da média dos últimos vinte anos.

Do ponto de vista setorial, os avanços na criação do mecanismo de supervisão bancária europeia e a recapitalização das entidades espanholas deram um novo impulso à cotação do sector bancário na euro zona. Paralelamente, as empresas financeiras estado-unidenses também têm obtido lucros, apoiadas pela ampliação dos estímulos monetários da Fed. Por sua vez, as Bolsa dos países emergentes têm continuado mergulhadas na tendência altista iniciada em Setembro.

No ano que finaliza, o volume de negociação nos mercados financeiros tem diminuído, com a exceção dos bónus corporativos, onde se bateram os recordes de emissões de dívida corporativa emitida em dólares.

Durante 2012 a relação de intercâmbio entre o euro e o dólar tem vindo a ser protagonizada por diferentes episódios de instabilidade. As oscilações produziram-se sempre por volta dos 1,30 dólares por euro numa faixa relativamente estreita em termos históricos, mas suficiente para que a variação entre o preço mínimo e o máximo tenha chegado até aos 10%. Por sua vez o iene japonês desvaloriza-se com a expectativa a novas medidas expansivas por parte do Banco de Japão depois da mudança de governo.

Principais impactos resultantes da crise financeira durante o ano de 2012.

O Banco Madesant manteve uma estratégia conservadora na sua atividade de investimento e atuação nos mercados financeiros. Neste sentido num contexto de alto risco sistémico gerado pela crise da dívida soberana na área do euro, salientar a solidez financeira do Banco, a disciplina na gestão da liquidez e a alta solvabilidade, com um rácio Core Tier 1 muito acima do requerido pela legislação.

Os riscos financeiros derivados da atividade de investimento por conta própria mantêm-se reduzidos, com uma limitada atividade em mercados financeiros, e controlada tanto ao nível dos investimentos efetuados, como ao nível do número e volume de operações efetuadas. De igual forma a gestão prudente dos riscos financeiros derivados da atividade de financiamento do Banco nos mercados monetários teve como consequência a manutenção de níveis reduzidos dos riscos de mercado, crédito e estrutural no Balanço do Banco. Por outro lado a atividade do Banco no mercado de divisas continua reduzida à estrita operativa em Euros e dólares americanos.

Pelas razões expostas a exposição do Banco Madesant à crise financeira no durante o ano de 2012 pode ser considerada limitada no seu conjunto.

II - FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O ENCERRAMENTO DO EXERCÍCIO

Após o encerramento do exercício de 2012, não ocorreram quaisquer factos relevantes.

III - EVOLUÇÃO PREVISIONAL DA SOCIEDADE

Perspectiva-se para 2013 a continuação do exercício da atividade da Sociedade, em moldes semelhantes ao acontecido durante o ano de 2012, dentro do quadro do Centro Internacional de Negócios da Madeira.

Como é habitual a Sociedade e o Banco continuarão dentro do marco da política de prudência e controlo dos elementos do mercado, através dos instrumentos que se têm desenvolvido para o efeito.

IV - NÚMERO E VALOR NOMINAL DE QUOTAS PRÓPRIAS ADQUIRIDAS OU ALIENADAS DURANTE O EXERCÍCIO

A Sociedade não detém quaisquer quotas próprias, não tendo adquirido ou alienado quaisquer quotas próprias durante o presente exercício.

V - AUTORIZAÇÕES CONCEDIDAS A NEGÓCIOS ENTRE A SOCIEDADE E OS SEUS GERENTES

Não foram concedidas quaisquer autorizações a negócios entre a Sociedade e os seus Gerentes, nem entre o Banco e os seus Administradores.

VI – POLITICA DE REMUNERAÇÕES: ÓRGÃO DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO, DIRETORES E OUTROS COLABORADORES

Aplicação da Política de remunerações do Banco Santander, matriz do Grupo Santander.

Desde a criação do Banco Madesant e motivado pela sua dimensão, natureza e simplicidade das atividades desenvolvidas e riscos assumidos, bem como pelo quadro de diretores e colaboradores reduzido e especializado, que a retribuição de todos e cada um dos trabalhadores do Banco, incluindo os dois diretores executivos que fazem parte do Conselho de Administração, está determinada pela política de remuneração corporativa do Banco Santander, enquanto sociedade matriz do Grupo Santander. É pois a referida política de remunerações que determina os critérios e fundamentos da remuneração (salários, bónus, seguros, planos de pensões, e outros incentivos) dos diretores e restantes colaboradores remunerados no Banco Madesant.

a) Princípios orientadores

A política de remunerações do Banco Santander, matriz do Grupo Santander, estabelece a nível corporativo e em geral:

- a. Os parâmetros de referência e fundamentação de qualquer sistema de remunerações variável a curto ou longo prazo (bónus ou incentivos anuais ou plurianuais) de que possam beneficiar os diretores e colaboradores do Banco Madesant.
- b. A estimativa orientadora do valor absoluto das retribuições variáveis a que conduzirá o plano de remunerações proposto.
- c. A importância relativa da componente variável em relação com a remuneração fixa.
- d. Critérios de referência para a distribuição de remunerações baseadas na entrega de ações, stock options ou retribuições ligadas a cotizações.
- e. Principais características dos sistemas de proteção social (pensões complementares, seguros de vida e figuras análogas) com a respectiva estimativa do seu custo anual ou equivalente.

A política de remunerações do Banco Santander cumpre com a legislação em vigor.

b) Aplicação ao Banco Madesant

Nenhum membro do Conselho de Administração do Banco Madesant, executivo ou não, recebe qualquer retribuição, atribuição anual ou senhas de presença, pelo exercício das funções que lhe estão atribuídas em virtude da sua designação como membro do conselho de Administração, quer seja pela Assembleia Geral, quer seja pelo próprio Conselho graças às suas competências de cooptação. A retribuição dos membros executivos do Conselho de Administração é determinada exclusivamente pelas suas funções diretivas, desempenho e cumprimento de objetivos estabelecidos a nível de grupo Santander, e não como resultado das suas funções como administradores do Banco Madesant.

O Banco Madesant não distribui quaisquer rendimentos, nomeadamente subsídios, provenientes dos resultados do Banco nem o mesmo resulta dos respectivos estatutos.

Como consequência do exposto anteriormente, o Banco Madasant não dispõe de nenhuma política própria de remunerações para os trabalhadores, incluindo diretores, do Banco nem para os membros do Conselho de Administração ou do Conselho Fiscal.

Os membros do órgão de fiscalização, do conselho fiscal ou o revisor oficial de contas também não recebem nenhuma remuneração direta, sendo os serviços de fiscalização executados por entidades externas.

A ausência de uma política de remunerações independente para o Banco Madasant e a dependência direta das diretrizes estabelecidas a nível do Grupo Santander, tornam, neste caso específico, incoerente, logo, de difícil aplicação, o procedimento geral previsto na legislação de uma aprovação anual em Assembleia Geral de uma declaração sobre a política de remunerações dos respectivos órgãos de administração e fiscalização, uma vez que esta, por razões de dinâmica de grupo, não tem poderes para esta aprovação.

c) Componentes de remuneração

A remuneração dos trabalhadores do Banco Madasant, incluindo dois dos membros do Conselho de Administração, na qualidade de diretores executivos, inclui uma componente variável, equilibrada em relação à componente fixa em função do desempenho, responsabilidades e funções de cada colaborador. A componente variável está sujeita a limites, critérios de atribuição, pagamento e atenção a funções específicas de controlo conforme a legislação aplicável.

Não existe a possibilidade do pagamento da componente variável da remuneração ter lugar, no todo ou em parte, após e na sequência do apuramento das contas de exercício correspondentes a todo o mandato como membros do Conselho de Administração e Fiscalização do Banco Madasant.

Não existem mecanismos de limitação da remuneração variável, no caso de os resultados evidenciarem uma deterioração relevante do desempenho do Banco no último exercício apurado ou quando esta seja expectável no exercício em curso.

O Grupo Santander, do qual faz parte o Banco Madasant, mantém um plano de incentivos a longo prazo a nível mundial, que consiste em opções sobre ações do Banco Santander SA condicionadas à valorização relativa da cotação da ação e ao

Na Assembleia Geral do Banco Santander realizada em 23-06-2007 foi aprovado o Plano de Ações Vinculado a Objetivos do Grupo Santander (Plano): 1º ciclo (anos de 2007 e 2008) e 2º ciclo (anos de 2007, 2008 e 2009); na Assembleia Geral realizada em 21-06-2008 foi aprovado o 3º ciclo (anos 2008, 2009 e 2010); na Assembleia Geral do Banco Santander realizada em 19-06-2009 foi aprovado o 4º ciclo (anos 2009, 2010 e 2011); na Assembleia Geral do Banco Santander realizada em 11-06-2010 foi aprovado o 5º ciclo (anos 2010, 2011 e 2012), e na Assembleia Geral do Banco Santander realizada em 17-06-2011 foi aprovado o 6º ciclo (anos 2011, 2012 e 2013).

O Banco Madasant, como sociedade pertencente ao Grupo Santander também está integrado no referido Plano. Cada beneficiário deste plano tem direito a um número máximo de ações do Banco Santander SA determinado multiplicando o número máximo de ações atribuídas pela soma dos coeficientes obtidos por comparação da evolução do Banco Santander com as entidades incluídas num grupo, relativamente a dois parâmetros: a rentabilidade total para o acionista e o crescimento do dividendo por ação.

Por outro lado, a diretiva europeia 2010/76/UE, de 24 de Novembro, que modifica o regime de sujeição a supervisão das políticas de remuneração, e das "Guidelines on Remuneration Policies and Practices" (Guia sobre Políticas e Práticas Retributivas) aprovadas pelo Committee of European Banking Supervisors (CEBS), publicadas a 10 de Dezembro de 2010, introduzem um cenário mais exigente do que o que resultava dos standards em matéria de remuneração de diretivos emitido pelo Financial Stability Board em 2009, o que requereu a realização de alterações na política retributiva aplicável ao Grupo a partir do dia 1 de Janeiro de 2011.

Assim na Assembleia Geral do Banco Santander realizada em 17-06-2011 foi aprovado Plano de Retribuição Variável Diferida e Condicionada. O mesmo destina-se aos

membros dos conselhos executivos e determinados diretores (incluída a alta direção) e empregados que assumam riscos, que exerçam funções de controlo ou que recebam uma remuneração global que os inclua no mesmo escalão de remuneração da alta direção e empregados que assumam riscos.

O propósito é diferir uma parte da retribuição variável ou dos títulos entregues aos seus beneficiários durante um período de três anos até à sua entrega, tanto no caso da mesma ser em numerário ou em ações do Banco Santander. Ao nível do Grupo Santander os membros dos conselhos executivos receberão de forma diferida 60% do bónus; os diretores de divisão e similares, 50%, enquanto que o resto dos executivos do grupo receberão de forma diferida 40% do bónus.

No caso do Banco Madasant não formam parte deste Plano de Retribuição Variável Diferida e Condicionada nenhum dos seus colaboradores.

No que se refere ao novo sexto ciclo do Plano de Ações Vinculado a Objetivos, é de destacar que, entre os seus beneficiários não se incluem os que são beneficiários do novo Plano de Retribuição Variável, Diferida e Condicionada.

De qualquer forma a componente fixa representa uma proporção suficientemente elevada da remuneração total a fim de permitir a aplicação de uma política flexível sobre a componente variável.

Divulgação anual

O Banco Madasant divulga as seguintes informações nos documentos anuais de publicação de resultados:

1. A aplicação no Banco Madasant da política de remunerações geral do Banco Santander SA, matriz do Grupo Santander e a indicação da não existência de uma política de remunerações específica para membros dos órgãos de Administração e Fiscalização do Banco Madasant.

2. O montante anual da remuneração dos membros executivos do Conselho de Administração de forma individualizada, resultante unicamente do exercício de funções diretivas no Grupo Santander e não pelo exercício das suas funções como administradores do Banco Madasant, e do Conselho Fiscal.
3. O montante anual da remuneração de outros colaboradores conforme Art 1.º do Aviso nº 10/2011 do Banco de Portugal, de forma agregada e discriminada por área de atividade.

Montantes auferidos no ano de 2012 pelos membros do Órgão de Administração.

Nome	Cargo	Remuneração Anual Bruta
Norberto Quindós Rivas	Presidente do Conselho de Administração	591.494
António Bernardes Gumiel	Vogal do Conselho de Administração	295.959
Cátia Vanessa Alves Henriques Fernandes	Vogal do Conselho de Administração	0
Total		887.453

Montantes expressos em Euros.

Montantes auferidos no ano de 2012 pelos membros do Órgão de Fiscalização.

Nome	Cargo	Entidade Prestadora do Serviço	Montante anual dos Serviços Prestados
CONSELHO FISCAL:			
António José Correia de Jesus	Presidente do Conselho Fiscal	Yes Madeira, Lda.	4.128
Tânia Carmelita da Silva Castro	Vogal do Conselho Fiscal		
Manuel João Freitas Pita	Vogal do Conselho Fiscal	ML> Madeira, Lda.	14.640
Sara Maria Almeida Taipa Teixeira	Suplente do Conselho Fiscal		
ROC:			
Deloitte & Associados, SROC, S.A. – representada por Paulo Alexandre de Sá Fernandes	Revisor Oficial de Contas	Deloitte & Associados, SROC, S.A.	19.492
Total			38.260

Montantes expressos em Euros.

Montantes auferidos no ano de 2012 pelos outros colaboradores conforme Art 1.º do Aviso nº 10/2011 do Banco de Portugal.

	Nº colab.	R. Bruta
-Área Contabilidade / Supervisao	1	162.602
-Área Função de Riscos	1	58.200
-Área Mercados / Tesoureira	1	295.522

Montantes expressos em Euros.

Montante anual das componentes fixa e variável da remuneração.

	Fixa	Variável
-Órgão de Administração	767.743	119.710
-Órgão de Fiscalização	38.260	0
-Outros colaboradores:		
Área Contabilidade	119.602	43.000
Área Função de Riscos	51.952	6.248
Área Mercados / Tesoureira	269.522	26.000

Montantes expressos em Euros.

Operações vinculadas.

Nenhum membro diretivo do Banco Madesant não administrador/gerente, nenhuma pessoa representada por um membro diretivo não administrador/gerente, nem nenhuma sociedade onde sejam administradores/gerentes, membros diretivos ou acionistas significativos as referidas pessoas, nem pessoas com quem tenham ações acordadas ou que atuem através de pessoas interpostas nas mesmas, realizou durante o exercício de 2012 e até à data de publicação deste relatório, e até onde o Banco tem conhecimento, transações não habituais ou relevantes com o Banco.

Situações de conflito de interesses.

Os mecanismos de controlo e os órgãos designados para resolver este tipo de situações estão referidos no Código Geral de Conduta do Banco Madesant e no Código de Conduta em Mercados de Valores do Banco Madesant.

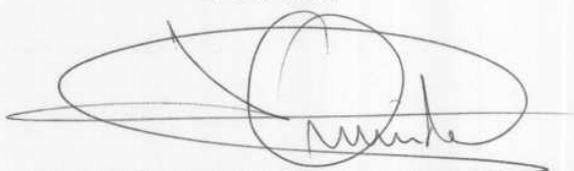
VII - PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Os resultados líquidos do exercício foram positivos no montante de 46.380.841,99 Euros, pelo que a Gerência propõe que os resultados apurados sejam distribuídos da seguinte forma:

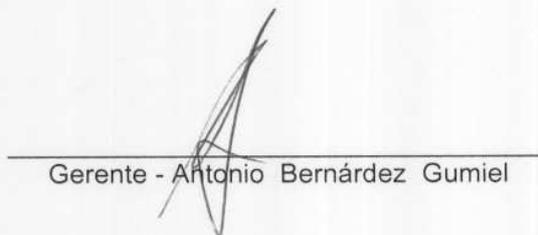
- Resultados Transitados no montante de 46.380.841,99 Euros.

Funchal, 15 de Fevereiro de 2013

A Gerência



Gerente – Norberto Quindós Rivas



Gerente - Antonio Bernárdez Gumiel